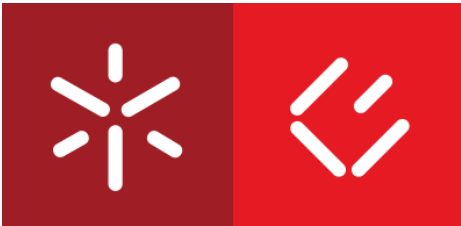




O *Soft Power* turco na Era Erdoğan: Conceção, desempenho e adaptação

Ana Filipa Pinto de Sousa Castro

UMinho | 2025



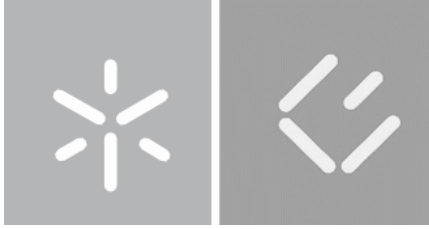
Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Ana Filipa Pinto de Sousa Castro

O *Soft Power* turco na Era Erdoğan:
Conceção, desempenho e adaptação

março de 2025



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Ana Filipa Pinto de Sousa Castro

O Soft Power turco na era Erdoğan: concepção,
desempenho e adaptação

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira
Professor Doutor Paulo Afonso Brardo Duarte

março de 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Aos meus pais, obrigada pelo amor e apoio incondicional.

Aos meus amigos, por me acompanharem e partilharem comigo esta etapa.

Aos meus orientadores Professora Doutora Laura Cristina Ferreira-Pereira e Professor Doutor Paulo Afonso Brardo Duarte, obrigada por toda a ajuda, paciência, partilha e dedicação.

E por fim, a todos os que, de diversas formas, contribuíram para a conclusão deste ciclo.

Por não ter sido possível sem o vosso contributo, dedico-vos, com toda a minha gratidão, estas páginas.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho

O *Soft Power* turco na era Erdoğan: concepção, desempenho e adaptação

Resumo

O *soft power* turco tem experienciado um declínio ao longo da última década. Embora os estudos existentes o reconheçam e, inclusive, salientem o papel do *soft power* turco como instrumento de diplomacia cultural e de política externa, a revisão de literatura é omissa na avaliação da influência quer da concepção do líder, quer das alterações domésticas e internacionais no *soft power* turco. Em virtude desta lacuna, a presente dissertação pretende responder à seguinte pergunta de investigação: *De que forma é que a concepção e o desempenho do papel de Erdoğan influenciaram a evolução do soft power turco de 2013 a 2023?* Com efeito, consideramos 2013 o ano de início do estudo na medida em que a ocorrência dos protestos de Gezi evidenciaram o autoritarismo de Erdoğan, denegrindo a sua reputação tanto na esfera nacional, como internacionalmente, e representando um ponto de viragem na política turca. Por sua vez, o ano de 2023 coincide com o centenário da República turca, ao mesmo tempo em que assinala cerca de duas décadas de governação ininterrupta de Erdoğan. A metodologia adoptada combina a análise de fontes primárias - como documentos oficiais, relatórios e índices de *soft power* - e secundárias, apoiada nos pressupostos da *role theory*, nomeadamente na concepção do papel, nas expectativas face ao papel, na adaptação do papel e no desempenho do papel. Apesar do investimento de Erdoğan no aumento do número de embaixadas e consulados turcos, reforço da ajuda ao desenvolvimento, atribuição de bolsas de estudo e institutos de promoção da cultura e língua turcas no estrangeiro, entre outros, tal não se traduziu numa melhoria do *soft power* turco como corroboram os indicadores por nós consultados. Na prática, as expectativas externas face ao desempenho do papel de Erdoğan, reflectem que as iniciativas supramencionadas não foram capazes de contrariar a insatisfação sentida no estrangeiro face ao afastamento dos ideais democráticos que acompanha a consolidação do poder por parte do líder turco.

Palavras-chave

Atatürk, Concepção e Desempenho, Erdoğan, *Role Theory*, *Soft Power*, Turquia

Abstract

Turkish soft power has experienced a decline over the last decade. Although existing studies recognise this and even highlight the role of Turkish soft power as an instrument of cultural diplomacy and foreign policy, the literature review has neglected the assessment of the influence of both the leader's conception and domestic and international changes on Turkish soft power. Given this gap, this dissertation aims to answer the following research question: How did Erdoğan's conception and performance of his role influence the evolution of Turkish soft power from 2013 to 2023? In fact, we consider 2013 to be the starting year for the study, as the Gezi protests highlighted Erdoğan's authoritarianism, denigrating his reputation both nationally and internationally, and representing a turning point in Turkish politics. In turn, the year 2023 coincides with the centenary of the Turkish Republic, while also marking nearly two decades of Erdoğan's uninterrupted rule. The methodology adopted combines the analysis of primary sources - such as official documents, reports and soft power indices - and secondary sources, based on the assumptions of role theory, namely role conception, role expectations, role adaptation and role performance. Despite Erdoğan's investment in increasing the number of Turkish embassies and consulates, strengthening development aid, awarding scholarships and institutes to promote Turkish culture and language abroad, among other things, this has not translated into an improvement in Turkish soft power, as the indicators we consulted corroborate. In practice, external expectations of Erdoğan's role reflect the fact that the aforementioned initiatives have not been able to counter the dissatisfaction felt abroad with the departure from democratic ideals that has accompanied the Turkish leader's consolidation of power.

Keywords

Atatürk, Conception and Performance, Erdoğan, *Role Theory*, *Soft Power*, Turkey

Índice

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Lista de Abreviaturas	x
1.Introdução.....	11
1.1. Descrição e delimitação do Tema	11
1.2. Identificação e relevância da problemática	12
1.3. Revisão de literatura	13
1.4. Quadro teórico.....	15
1.5. Metodologia de Investigação	18
1.6. Estrutura da dissertação	19
2. <i>Soft Power</i> e <i>Role Theory</i> : contextualização e operacionalização	20
2.1. O <i>Soft Power</i> face aos demais componentes do poder.....	20
2.2. Os pressupostos da <i>Role Theory</i>	22
2.3. A interdependência entre <i>Role Theory</i> e <i>Soft Power</i>	30
3. O <i>Soft Power</i> pré-Erdoğan: a imagem da Turquia no Mundo	37
3.1. Contextualização histórica e determinantes da política externa turca.....	37
3.2. O <i>Soft Power</i> durante o governo de Atatürk	38
3.3. O <i>Soft Power</i> durante o governo de Özal	41
4. A Evolução do <i>Soft Power</i> na era Erdoğan.....	47
4.1 A ascensão e consolidação de Erdoğan e do AKP no poder	47
4.2. A nova era da Turquia - o ponto de viragem	54
5. Conclusão	62
Bibliografia	65

Lista de Abreviaturas

AKP - Partido da Justiça e Desenvolvimento

CEE - Comunidade Económica Europeia

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PKK - Partido dos Trabalhadores do Curdistão

RI - Relações Internacionais

TIKA - Agência Turca de Cooperação e Coordenação

TRT - Rádio e Televisão Turca

UE - União Europeia

YEE - Instituto Yunus Emre

YTB - Presidência para os Turcos no Estrangeiro e Comunidades Relacionadas

1.Introdução

1.1. Descrição e delimitação do Tema

O termo *soft power* foi inicialmente introduzido por Joseph Nye com a obra *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, publicada em 1990. Em 2004, Nye aprofundou o debate sobre o *soft power*, desta vez com a obra *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. De acordo com Nye (2008), o *soft power* é a capacidade de influenciar outros para obter os resultados que se deseja através da atração em vez da coerção ou pagamento. Nye (2004) admite que o *soft power* se baseia principalmente em três recursos: na cultura, nos valores políticos e na política externa.

O *soft power* foi oficialmente reconhecido como instrumento de diplomacia por parte de Ancara a partir de meados dos anos 2000. A Turquia conseguiu exercê-lo de forma bem-sucedida até 2013 (Ekşi e Erol, 2018). Neste intervalo de tempo, a Turquia foi admirada e percebida como um líder na região e um modelo de democracia e estabilidade. A busca de melhores laços com os países pertencentes ao antigo império otomano foi um ponto fundamental na política externa turca da época. A Turquia perseguiu esses objetivos de forma eficaz como mostraram as relações próximas com Israel e a maioria dos países árabes até 2010 (Çevik, 2019).

Desta feita, a delimitação temporal em que se baseia a presente dissertação compreende o período de 2013 a 2023. Como admite Çevik (2019), na literatura existe uma tendência crescente para considerar que os protestos do parque de Gezi em 2013 foram o acontecimento que despoletou a degradação do *soft power* turco. Este acontecimento trouxe ao de cima o autoritarismo do Presidente Recep Erdoğan e revela o início da sua repressão contra os opositores, tornando-se um ponto de viragem na política turca. Os protestantes manifestavam-se de forma pacífica contra a construção de um centro comercial que iria acabar por destruir um dos últimos espaços verdes de Istambul. Uns dias após o início destas manifestações, as forças policiais foram chamadas a intervir de forma violenta. O Presidente Recep Erdoğan interpretou estes protestos como uma tentativa de golpe de Estado contra o seu governo, servindo isto de justificação para os ataques aos protestantes (Moreira, 2020). Esta atitude de Recep Erdoğan denegriu a sua reputação tanto na esfera nacional, como internacionalmente. A reação do governo aos protestos colocou a descoberto as restrições à liberdade de expressão, censura dos media e repressão à oposição, fatores que afetaram o *soft power* turco. A escolha de 2013 para início da análise teve igualmente em conta a crise na Síria e as Primaveras Árabes. Estes acontecimentos impactaram a política externa turca, em virtude das preocupações de segurança decorrentes da instabilidade na região. Por sua vez, o ano de 2023 coincide com o centenário da República turca, ao mesmo tempo em que assinala cerca de duas décadas de governação ininterrupta de Erdoğan.

Face a este cenário, pretende-se responder à seguinte questão de investigação: *De que forma é que a conceção e o desempenho do papel de Erdoğan influenciaram a evolução do soft power turco de 2013 a 2023?*

1.2. Identificação e relevância da problemática

Como foi previamente mencionado, consideramos 2013 um ano marcado por um profundo declínio ao nível do *soft power* turco. Contudo, depois de 2013, a Turquia continuou a destacar-se em áreas que lhe permitem ser percebida positivamente na esfera internacional. A título de exemplo, em 2015, a Turquia foi classificada como o segundo país mais generoso no que a doações diz respeito. Tal deveu-se, em grande parte, à doação de 3,2 mil milhões de dólares à Síria e aos refugiados sírios. Ancora manteve esta ajuda e, em 2017, direccionou 98% das suas despesas humanitárias para apoiar refugiados sírios, tornando assim a Turquia no país mais generoso com base em volume de apoios (Global Humanitarian assistance, 2016, 2018). Estes dados justificam a pertinência do estudo do *soft power* turco atual, uma vez que atribuem ao país um lugar importante na cooperação humanitária.

Além da ajuda humanitária, em 2018 a Turquia foi o segundo maior exportador de conteúdos televisivos a nível mundial, apenas atrás dos EUA (Hürriyet Daily News, 2018; Pothou, 2020). Tal como aprofundaremos na revisão de literatura, esta ferramenta cultural permite maior visibilidade à Turquia, bem como a alteração de percepções da comunidade internacional sobre o país. Esta é outra evidência em como um estudo atualizado do *soft power* turco se afigura pertinente.

Esta dissertação comunga do entendimento de Çevik (2019) de que a imagem geral da Turquia é muitas vezes refletida na imagem de Recep Erdoğan. Por outras palavras, a percepção internacional da Turquia confunde-se muitas vezes com a própria percepção internacional do seu Presidente. Çevik (2019) também reconhece que a imagem do Presidente depende da idiosincrasia de cada região. Apesar disso, independentemente da percepção do líder ser positiva ou negativa, limitar a análise do *soft power* de um país tendo apenas em linha de conta o seu Presidente é algo redutor. De facto, tal descarta aspectos que estão incluídos no *soft power* do país, os quais são independentes do seu líder, como é o caso da cultura. Conforme será abordado na revisão de literatura, a cultura é uma componente muito importante do *soft power* turco.

1.3. Revisão de literatura

O declínio do *soft power* turco a partir de 2013 repercutiu-se na literatura uma vez que as pesquisas conduzidas a partir desse ano se concentravam, ou na ascensão e declínio do mesmo, ou em aspectos específicos de *soft power* como a diplomacia cultural e a política externa, e não num estudo abrangente do tema.

A diplomacia cultural turca foi objeto de grande pesquisa, mais concretamente as séries de televisão turcas. Em 2018, os programas de televisão turcos foram vistos em mais de 100 países, tendo gerado receitas de cerca de 350 milhões de dólares anuais. Este alcance e volume de vendas fez da Turquia o segundo maior exportador mundial de conteúdos televisivos, apenas atrás dos EUA (Hürriyet Daily News, 2018; Pothou, 2020). Também no ano de 2018, a Netflix lançou a sua primeira série original turca. As suas exportações e alcance tornam a televisão turca num sucesso de cultura popular. Tais factos justificam, por conseguinte, a importância de se investigar o entretenimento como ferramenta de *soft power* turco.

Por sua vez, o estudo de Ağırseven e Örki (2017) concluiu que as indústrias culturais – nomeadamente as séries de televisão turcas – são eficazes na atracção de turistas para o país, além de melhorarem a percepção da Turquia em todo o mundo. Curiosamente, um dos efeitos da exposição às séries turcas consiste no aumento dos divórcios no mundo árabe. Apesar de este facto não contribuir para a diplomacia pública turca, ele mostra, contudo, a influência das séries nos espectadores. Em 2017, Berg realizou um estudo cujo principal objetivo era analisar a percepção do público do Catar face à Turquia, utilizando para o efeito as séries de televisão turcas. Os resultados deste estudo são em tudo semelhantes ao anterior. Assim, estes destacam a mudança de opinião e o aumento do interesse em relação à Turquia, resultando numa maior visibilidade do país. Os inquiridos relatam uma imagem e percepção positivas da Turquia, principalmente no que respeita à sua história e cultura. Berg (2017) concluiu que os dramas turcos são o principal estímulo para o aumento da consciencialização face à Turquia.

Da mesma forma, Beğendik (2019) estudou a internacionalização deste tipo de entretenimento, realçando a sua importância para o turismo e economia da Turquia. O autor concluiu que este tipo de entretenimento é uma ferramenta importante de diplomacia cultural para o governo turco. Também Köseleli (2017) partilha deste entendimento após ter investigado o impacto dos novos *media* na diplomacia cultural. Na sua pesquisa, o autor examinou o conteúdo das contas oficiais do Twitter do Ministério dos Negócios Estrangeiros, concluindo que este possui uma capacidade extraordinária para renovar a sua diplomacia cultural. No entanto, Köseleli admite que o referido Ministério poderia fazer

melhor uso dos *media*, uma vez que estes permitem a troca de informações e a disseminação de cultura levando, por conseguinte, à mudança de percepções e à aproximação dos vários públicos.

Estudos semelhantes foram igualmente realizados por Uslu (2014) na Europa Central, mais concretamente na Eslováquia e República Checa, com o objectivo de, uma vez mais, perceber como as séries turcas afetam a percepção da Turquia. Os resultados revelaram, também eles, uma imagem mais positiva da Turquia, além de destacarem o interesse, por parte dos espectadores eslovacos e checos, em visitar os lugares onde as séries foram filmadas.

Mais recentemente, Pothou (2020) realizou um estudo com vista a perceber a razão pela qual as séries turcas são tão bem-sucedidas entre o público grego. O autor concluiu que embora as séries turcas fossem bem acolhidas na Grécia, o mesmo já não se verificava face ao cidadão turco. Com efeito, este último era gerador de percepções negativas junto do público grego. Como o mesmo estudo afirma, tal preferência mostra a identificação da cultura grega com a cultura turca, apesar da sua longa história de animosidades. A ligação do público grego às séries de televisão turcas não se restringe somente à televisão, incluindo igualmente as revistas, a internet, entre outros. Desta feita, é possível concluir que as séries turcas contribuem para a aproximação cultural entre países e públicos diversos.

Em termos de política externa, o trabalho de Kalaycı e Tüysüz (2020) é de grande importância nesta dissertação. Os autores afirmam que, apesar de o AKP ter sido fundado por opositores aos princípios Kemalistas, e mesmo com a sua subida ao poder, as concepções do fundador da República, Kemal Atatürk, foram mantidas pelo partido até à Primavera Árabe. Após estes acontecimentos, coincidentes com a degradação do *soft power* turco, registaram-se ligeiras mudanças. Merece, assim, especial destaque, o facto de a orientação política da Turquia continuar a seguir os padrões Kemalistas, embora com conceitos diferentes. Deste modo, a política externa do AKP passou a privilegiar o plano doméstico, contrariamente a governos anteriores. Isto acontece porque, de acordo com Kalaycı e Tüysüz (2020), existe uma interdependência extraordinária entre a política externa e a cultura política da Turquia. Por conseguinte, as decisões relativas à política externa são tomadas tendo em conta o passado histórico do país, em particular os tempos áureos do Império Otomano.

Ainda no âmbito da análise de política externa, destaque-se o contributo de Çevik (2019), que investigou a forma como a liderança e os valores políticos determinam a eficácia do *soft power* turco. O autor concluiu que embora o *soft power* turco seja mais eficiente em países não-ocidentais, os retrocessos democráticos não permitem à Turquia atrair outros públicos, sobretudo os do Ocidente. Essencialmente, o estudo de Çevik (2019) analisa de que modo o papel da liderança e dos valores

políticos da Turquia influenciaram a sua capacidade de *soft power* no período compreendido entre 2002 e 2017.

De entre os estudos da política externa turca, o Neo-Otomanismo tem sido substancialmente analisado como uma das principais doutrinas de política externa, realçando-se os contributos de Hristov (2019), Ciftci e Yavuz (2021) e Wastnidge (2019). Deste modo, a revisão de literatura revela a ausência de estudos que possam conduzir a uma definição de identidade turca, incluindo o modo como a Turquia se vê e de como é percepcionada pelos outros. Apesar da existência de várias investigações que concluem que o *soft power* é ainda capaz de alterar a percepção da Turquia, os estudos acima referidos – como os que abordam as séries televisivas turcas – não analisam a forma como o *soft power* muda estas percepções, nem definem uma identidade turca.

No que respeita à *role theory*, na qual assenta o quadro teórico desta dissertação, abordada na secção seguinte, sublinhe-se a análise de Pilch (2012), que também investigou a conceção do papel da Turquia, um estudo aproximado ao que se pretende fazer nesta dissertação. O contributo de Pilch (2012), insere-se num período diferente e, por isso, com concepções do papel diferentes. Por outro lado, o autor debruçou-se apenas sobre uma das componentes da *role theory*: a conceção do papel. Ao invés, esta dissertação pretende refletir sobre as quatro componentes da dita teoria. Başer (2015), à semelhança de Pilch, realizou uma análise acerca das mudanças na política externa turca, estudando as concepções do papel doméstico antes e durante o governo do AKP. Mais uma vez, a análise foi circunscrita a uma única componente da *role theory*. Tendo por base tais lacunas, a presente dissertação pretende contribuir para um estudo mais aprofundado do *soft power* turco, tendo-se focado nas quatro componentes acima mencionadas.

1.4. Quadro teórico

A *role theory* será o quadro teórico-conceptual utilizado nesta dissertação. Holsti (1970) foi o pioneiro na aplicação da *role theory* ao campo das Relações Internacionais (RI) depois de esta ter sido utilizada na Sociologia e disciplinas afins. A *role theory* “não corresponde a uma teoria única, mas sim a um conjunto de teorias, abordagens e/ou perspectivas que vê no conceito de *role* ou papel, a centralidade da vida social” (Thies, 2009: 4). A *role theory* tem vindo a ser utilizada nas RI como instrumento de análise do comportamento dos Estados no sistema internacional, tornando possível a ligação entre o estudo da Política Externa e as teorias das RI. A *role theory* admite que os Estados podem desempenhar vários

papéis de acordo com a sua actividade, reconhecendo que estes podem ser, por vezes, contraditórios (Silva e Labriola, 2019).

Como acima mencionado, a *role theory* é formada por um conjunto de conceitos, nomeadamente: a concepção do papel, as expectativas face ao papel, a adaptação do papel e o desempenho do papel. Quanto à concepção do papel, esta representa a ideia que o actor tem de si mesmo, ou seja, o modo como este se vê. De acordo com Holsti (1970), a concepção do papel consiste no entendimento que o actor tem das suas próprias posições e funções, bem como do comportamento que a elas mais se adequa. A *role theory* inclui a concepção do papel doméstico que corresponde às percepções dos decisores políticos sobre a posição dos seus Estados no sistema internacional (Wish *apud* Silva e Labriola, 2019: 86). Estas são, em teoria, consensuais em relação a qual deve ser o papel manifestado pelo país na esfera internacional (Thies, 2015). Holsti (1970) realizou o estudo das concepções do papel doméstico através dos discursos dos decisores políticos. Deste modo, a análise do discurso é de grande importância para a *role theory*.

De acordo com Pilch (2012), os discursos dos decisores políticos turcos espelham as concepções do papel doméstico da Turquia, mais concretamente, o termo Neo-Otomanismo. Segundo Alekseevich (2018), o Neo-Otomanismo é um dos principais conceitos utilizados para definir a actual política externa turca apesar de não ser uma ideologia oficial do governo. Este conceito implica a extensão da influência turca a territórios vizinhos, incluindo os do antigo império otomano através do *soft power* e de melhorias a nível económico e social. Pilch (2012) reitera a visão de Alekseevich (2018), indo mais além ao afirmar que o Neo-Otomanismo, apesar de central na política externa turca, é, contudo, negado pela classe política do país.

A Turquia tem vindo a redefinir a sua concepção do papel doméstico, assim como a sua política externa para que estas acomodem melhor as exigências da actual ordem internacional. Com a chegada do AKP (Adalet ve Kalkınma Partisi: Partido de Justiça e Desenvolvimento) ao poder, a narrativa da política externa turca tem vindo a alterar-se. As concepções do papel doméstico são “múltiplas e dinâmicas” (Holsti, 1970: 254). Por outras palavras, o mesmo país pode apresentar diversas concepções do papel doméstico, sendo que estas podem, por sua vez, mudar consoante a necessidade do Estado e/ou as circunstâncias domésticas ou internacionais. Pilch (2012) identificou várias concepções do papel que permitem compreender a política externa turca e a forma como o país se vê a si próprio, nomeadamente: líder regional, protector regional, mediador-integrador, colaborador dos subsistemas regional e global, Estado-modelo e aliado fiel. Segundo o autor, as mudanças na política externa turca que se deram depois da ascensão ao poder do AKP em 2002 produziram novas concepções do papel doméstico e um novo

discurso de política externa, o Neo-Otomanismo. Os decisores políticos turcos são os principais responsáveis por esta mudança na conceção do papel da Turquia. Assim, estes dão a conhecer uma determinada imagem do país tanto a nível interno como internacionalmente. Pilch (2012) concluiu que a utilização da *role theory* se afigura útil no estudo da política externa da Turquia, nomeadamente ao debruçar-se sobre a conceção do papel doméstico do país.

Uma outra componente da *role theory* diz respeito às expectativas face ao papel. Estas consistem em “normas, crenças e preferências relativas ao desempenho de qualquer indivíduo numa posição social em relação a indivíduos que ocupam outras posições” (Thies, 2008:9). Por outras palavras, no caso da presente dissertação, as expectativas face ao papel dizem respeito às expectativas que os outros países têm em relação à Turquia.

Já a adaptação do papel concerne eventuais mudanças quanto ao desempenho do mesmo (Harnisch et al., 2011). Dito de outro modo, a adaptação do papel traduz-se na forma como o país em estudo (a Turquia) adapta a visão de si mesma – o seu papel – para ir ao encontro das expectativas de terceiros. Como exemplo desta adaptação do papel, aponte-se a mudança da política externa turca nas suas relações com os Estados Unidos da América (EUA). Com efeito, até 2013 a Turquia dispunha de boas relações com os EUA. No entanto, a relação entre os dois sofreu um revés quando os EUA começaram a apoiar o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) na Síria. Tal facto levou a uma adaptação na política externa turca, que se traduziu numa aproximação face à Rússia.

Por fim, o desempenho do papel corresponde, segundo Harnisch *et al.*, ao “comportamento político do ator no contexto social” (2011:114). Por outras palavras, trata-se da forma como o país desempenha o seu papel. Por sua vez, de acordo com Holsti, o desempenho do papel doméstico é o comportamento da política externa dos governos. Este inclui “padrões de atitudes, decisões, respostas, funções e compromissos para com outros Estados” (Holsti, 1970: 245). Destaque-se que quer o *soft power* quer a *role theory* têm por denominador comum as dinâmicas da imagem, da percepção tanto do ‘eu’ como do ‘outro’, bem como da interdependência na interação entre os actores. Através da análise dos elementos constitutivos da *role theory* acima mencionados, verificamos que esta lente conceptual oferece ferramentas para compreender o modo como o *soft power* turco influencia as perceções e expectativas do ‘eu’ e do ‘outro’. A *role theory* admite ainda a possibilidade de adaptação de/no papel dos Estados, permitindo assim que estes atinjam os seus objetivos. Esta lente conceptual espelha a mudança e a evolução do *soft power* turco, uma vez que este não pode ser entendido como algo acabado. Ao invés, o *soft power* está em permanente mudança, procurando ir ao encontro simultaneamente das expectativas domésticas e externas. Ora, tal só é possível por meio de uma lente conceptual que permita

a coexistência de variáveis que se pautam por constante interação, dinamismo e interdependência. Por sua vez, o *soft power* turco tem, ele próprio, sido reflexo de uma busca activa de adaptação no contexto de um sistema internacional igualmente fluido. Por conseguinte, em virtude das razões acima enumeradas, a utilização da *role theory* afigura-se a mais adequada no âmbito desta dissertação para a análise do *soft power* turco.

1.5. Metodologia de Investigação

Esta dissertação adoptará uma metodologia predominantemente qualitativa, que visa compreender mais do que descrever o papel da Turquia no atual sistema internacional. Com efeito, comungamos do entendimento de que as Ciências Sociais são fundamentalmente do domínio da hermenêutica, isto é, da compreensão do que move este ou aquele actor a agir de determinada forma.

Dito isto, a presente dissertação tem por objetivo analisar a evolução do *soft power* turco de 2013 a 2023, procurando perceber de que forma é que a conceção e o desempenho do papel de Erdoğan a influenciaram neste período. A análise será realizada com base no recurso a fontes primárias, nomeadamente a índices de *soft power* como o Soft Power Index 30, documentos oficiais e relatórios, disponíveis na sua maioria em inglês. Adicionalmente, serão utilizados dados provenientes da Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA), entre outras, com vista à compreensão de aspectos sociais, humanitários, educacionais, económicos e culturais. Por sua vez, as fontes secundárias são compostas por artigos de revistas científicas, livros e capítulos de livros.

Segundo Nye (2004), o *soft power* de um país é susceptível de incluir aspectos tão distintos como o seu histórico de direitos humanos, liberdade de imprensa, acolhimento de eventos desportivos internacionais ou o seu património cultural. Tais dimensões serão privilegiadas no âmbito do presente estudo, com vista à análise de como estas impactam o *soft power* turco.

Cabe também realçar o facto de a maior parte dos dados serem provenientes de fontes ocidentais, como atesta, por exemplo, o indicador *Soft Power 30*. Deste modo, as referidas fontes não estão isentas quer de interpretações, quer de valores políticos e culturais ocidentalizados. No seguimento do raciocínio anterior, os valores políticos turcos podem ser interpretados de modo distinto, conforme o contexto e a cultura em que se inserem.

Outro entrave a este estudo que importa realçar consiste na falta de dados referentes ao período temporal abrangido pela presente análise. A título de exemplo, o *soft power* turco referente aos anos de 2016 e 2018 não é englobado na análise do *The Soft Power 30* uma vez que o país estava, à data, classificado fora dos 30 países com maior pontuação no *soft power*. Assim, a análise requer a utilização

de outras ferramentas para estudar a temática referente a estes anos. Por fim, cabe mencionar que a candidata não é fluente, ainda que estudiosa da língua turca. Deste modo, esta sua lacuna linguística será compensada por meio do recurso a outras fontes, tais como agências noticiosas turcas, bem como a consulta de documentos oficiais traduzidos para inglês e directamente disponibilizados pelos órgãos estatais turcos.

1.6. Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro centrar-se-á na contextualização e operacionalização do *Soft Power* e da *Role Theory*. O segundo e o terceiro capítulos debruçar-se-ão sobre a evolução do *Soft Power* nas eras pré-Erdoğan e Erdoğan, respectivamente. Por fim, a conclusão responderá à questão de investigação e apresentará as considerações finais.

2. *Soft Power* e *Role Theory*: contextualização e operacionalização

2.1. O *Soft Power* face aos demais componentes do poder

De forma a alcançarmos os objetivos deste capítulo, começamos por definir o poder. De seguida, caracterizamos o conceito de *soft power*, distinguindo-o de outros tipos de poder, nomeadamente o *hard power*, o *sharp power* e o *smart power*. Depois, apresentaremos e explicaremos os pressupostos da teoria que serve de ferramenta de análise para o presente estudo: a *role theory*. E, por fim, analisaremos a interdependência entre *soft power* e *role theory*, procedendo, igualmente, à operacionalização das variáveis daí provenientes.

O conceito de poder é, certamente, um dos conceitos mais importantes das Relações Internacionais (RI). Tanto os debates como as teorias que constituem a disciplina de RI, afloram em torno deste conceito (Kaviani, 2017). Contudo, a sua definição não é alvo de consenso entre os académicos (Drezner, 2021). Por exemplo, para Barnett e Duvall (2005), o poder traduz-se na capacidade de “um actor controlar o outro para que este faça o que de outra maneira não faria” (2005: 39). Neste sentido, é perceptível que a definição dos autores converge com o entendimento clássico de Dahl, para quem “A tem poder sobre B na medida em que ele pode levar B a fazer algo que este não faria de outra forma” (1957: 202-203).

Desta maneira, e como reforçam Barnett e Duvall (2005), embora a definição de poder enunciada seja importante, esta primazia conceptual atribuída pela disciplina de RI negligencia outras formas de poder. Por esta razão, os autores defendem a utilização de múltiplos conceitos de poder. Como tal, passaremos a analisar os conceitos de poder mais importantes para o presente estudo, nomeadamente o *soft power*, o *hard power*, o *smart power* e o *sharp power*.

No que concerne ao *soft power*, este conceito foi inicialmente introduzido por Joseph Nye com a obra *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, publicada em 1990. De acordo com Nye, o *soft power* é a capacidade de influenciar terceiros com vista a obter os resultados que se deseja através da atracção em vez da coerção ou pagamento (2008: 94). Nye (2004) admite que o *soft power* se baseia principalmente em três recursos: a cultura, os valores políticos e a política externa. Com efeito, estes são os instrumentos que, segundo Nye (2004), produzem a atracção característica do *soft power*.

Em oposição a este poder de atracção, encontramos o *hard power*, que corresponde ao exercício de coacção. O *hard power*, ao contrário do *soft power*, decorre do poder militar e económico (Nye, 2004). De facto, segundo Wilson (2008), tais recursos são passíveis de ser instrumentalizados com o propósito de fazer cumprir os interesses nacionais de determinado Estado ou Estados. Apesar destes dois conceitos

– o *soft power* e o *hard power* – parecerem contraditórios, é possível, em certos casos, que ambos coexistam. Por isso, entre estes dois conceitos, existe um espaço intermédio suscetível de acomodar outros de poder, nomeadamente, o *smart power* e o *sharp power*.

Começemos pelo *smart power*, que à semelhança do *soft power*, também tem o propósito de influenciar. Contudo, Nye (2009) defende que o exercício do *soft power* não exclui a utilização do *hard power*, por parte de determinado Estado e em função de circunstâncias e necessidades específicas. Por outras palavras, o *smart power* consiste na combinação inteligente e estratégica de *soft power* e *hard power* por parte de determinado Estado.

Por fim, o *sharp power* tem sido utilizado nos últimos anos como forma de redesenhar perceções e opiniões a nível internacional. Desta forma, o *sharp power* é suscetível de caracterizar uma propensão autoritária para manipular a realidade, forjando, para o efeito, uma narrativa que tende a ocultar determinados aspectos (negativos, entenda-se) e a enfatizar outros (positivos) (Walker e Ludwig, 2017). A título ilustrativo, podemos considerar o *Telling China's Story Well* (Vickers e Chen, 2024; Xu e Gong, 2024) como uma forma de Xi Jinping ocultar os aspectos negativos da China, fazendo propaganda do que de melhor possui a cultura, as artes, a filosofia, a gastronomia chinesas, entre outros.

Nye (2018) admite, assim, que as técnicas usadas no âmbito do conceito de *sharp power* se distanciam do *soft power*, uma vez que se baseiam na manipulação ao invés da atracção. O *sharp power* pode ser definido, de acordo com o *The Economist* (2017), como a conciliação da intimidação, pressão e subversão. Desta forma, os pressupostos menos atractivos por que se pauta o autoritarismo, como a censura e o controlo, são usados para mascarar a realidade do país, moldando-a para que vá ao encontro da realidade que os decisores políticos pretendem.

Apesar das diferentes dimensões que o poder assume, o *soft power* é a que melhor permite analisar o objecto de estudo da presente dissertação. A investigação de De Martino (2020) aponta mudanças no sistema internacional que conferiram ao *soft power* uma grande importância e que nos serve de argumento para a relevância da utilização deste tipo de poder nesta dissertação. A primeira foi a grande transformação na dinâmica das Relações Internacionais, nomeadamente nas relações entre actores internacionais. Tal como a literatura atesta, em particular Nye (2004), a abordagem tradicional, muito mais apoiada em dinâmicas de *hard power* e, que por isso, baseia o poder dos países no poder militar, não se coaduna com as exigências da ordem internacional contemporânea. Desta forma, e como considera De Martino (2020), o mundo atual é mais complexo do que outrora, havendo um maior número de actores a interagir no contexto internacional. De entre esses actores, merece especial destaque a opinião pública. Como consideram Osée *et al.* (2019), os cidadãos têm cada vez mais peso nos assuntos

da ordem internacional, nomeadamente na capacidade de influência das decisões políticas. Por esta razão, os mesmos autores sublinham que a opinião pública tem sido cada vez mais tida em conta como parte integrante do poder de decisão.

2.2. Os pressupostos da *Role Theory*

A *role theory* é o quadro teórico-conceptual utilizado nesta dissertação. De modo a oferecer uma melhor compreensão da interdependência entre *role theory* ao *soft power*, começamos por explicar os pressupostos em que assenta a *role theory*. Iniciamos com o conceito de papel. Este foi introduzido por sociólogos e depois utilizado nas ciências sociais. O conceito de papel corresponde, segundo Harnisch et al, aos “valores e convicções que os indivíduos trazem para as suas interações com os outros” (2011:2). Os papéis reflectem, assim, o entendimento que os indivíduos possuem sobre si mesmos e o que gostariam de representar face a terceiros. Por conseguinte, um papel é constituído por duas dimensões: o ‘ego’ e o ‘alter’. O ‘ego’ corresponde, como reconhece Müller (2011), ao que o actor é. Por outras palavras, ele equivale à percepção que o sujeito tem de si mesmo. O mesmo autor afirma também que esta dimensão se aproxima bastante, podendo inclusive ser equivalente ao conceito de identidade, a qual é um produto da evolução histórica de cada país.

Mais tarde, Holsti (1970) adaptou este conceito às Relações Internacionais (RI). Nesta adaptação da *role theory* às RI, o conceito de papel permite explicar as interações dos Estados da mesma forma como se estes se apresentassem em contexto social (Silva e Labriola, 2019). Neste sentido, Holsti (1970) aplica o conceito de papel aos Estados como se de indivíduos se tratassem. Como admitem Silva e Labriola (2019), o papel de um determinado actor engloba, tanto a percepção que o actor possui acerca de si mesmo, como também as expectativas que os outros possuem em relação a ele. Estas são as dimensões de ‘ego’ e ‘alter’ aplicadas, por sua vez, aos Estados. Desta forma, Silva e Labriola (2019) sublinham que o mesmo actor pode exercer diversos papéis de acordo com as suas necessidades e objectivos no sistema internacional. A *role theory* é então, como sustentam Harnisch et al. (2011), uma ferramenta que permite estudar um dos quesitos mais complexos das RI: a interação entre os actores e o sistema internacional. Por isso, como afirmam os autores, os papéis permitem não só auxiliar a compreensão e explicação das políticas externas dos países, como também analisar e entender a dinâmica e evolução da ordem internacional.

Segundo Thies, “a *role theory* não corresponde a uma teoria única, mas sim a um conjunto de teorias, abordagens ou perspectivas que vê no conceito de *role* ou papel, a centralidade da vida social”

(2009: 4). Por conseguinte, a presente teoria tem vindo a ser utilizada nas RI como ferramenta de análise do comportamento dos Estados no sistema internacional, tornando possível a ligação entre o estudo da política externa e as teorias das RI. Desta forma, a *role theory* admite que os Estados podem desempenhar vários papéis de acordo com a sua actividade, reconhecendo que estes podem ser, por vezes, contraditórios (Silva e Labriola, 2019).

Como mencionado acima, a *role theory* é formada por um conjunto de conceitos, nomeadamente: a conceção do papel, as expectativas face ao papel, a adaptação do papel e o desempenho do papel. Quanto à conceção do papel, esta representa a ideia que o actor tem de si mesmo, ou seja, o modo como este se vê. De acordo com Holsti (1970), a conceção do papel consiste no entendimento que o actor tem das suas próprias posições e funções, bem como do comportamento que a elas mais se adequa. A *role theory* inclui a conceção do papel doméstico que corresponde às percepções dos decisores políticos sobre a posição dos seus Estados no sistema internacional (Wish *apud* Silva e Labriola, 2019). Estas são, em teoria, consensuais internamente em relação a qual deve ser o papel manifestado pelo país na esfera internacional (Thies, 2015). Os discursos dos decisores políticos são de tal forma importantes para a conceção do papel doméstico que Holsti (1970) realizou o estudo das conceções do papel doméstico através destes. Tal aplica-se, naturalmente, ao caso da Turquia, que é alvo de análise na presente dissertação.

Fazendo referência a Hudson (1999), Breuning (2011) defende que a ascensão dos líderes políticos ocorre, em grande parte, pelo facto de estes personificarem uma determinada conceção do Estado em que se inserem, conceção esta profundamente enraizada nas convicções culturais em relação ao seu próprio Estado. Desta forma, acredita-se que a conceção do papel doméstico assenta no legado cultural do Estado. Por conseguinte, Hudson (1999) acrescenta que os líderes se encontram deveras focados na sociedade em que se inserem. Tal como argumenta Breuning (2011), a instrumentalização da *role theory* pode ser potenciada se as perspectivas e opiniões dos líderes políticos forem integradas na análise. Aliado a isso, este autor aponta que a *role theory* também pode ser otimizada se as relações entre as conceções de papel adoptadas pelos decisores políticos e as visões preponderantes dos cidadãos forem analisadas de forma mais diligente. Em terceiro lugar, Breuning (2011) defende que a *role theory* pode ainda ser melhorada se se tratarem dogmáticamente as dinâmicas de mudança e adaptação das conceções de papel doméstico. Por último, Breuning (2011) refere também que é crucial investigar o facto de os decisores políticos poderem adoptar papéis múltiplos e até divergentes. Em concreto, o autor recomenda analisar em que medida estes papéis são proeminentes ou se variam tendo em conta o contexto em que se apresentam. Finalmente, Breuning (2011) acrescenta que a cultura é,

de maneira consensual, considerada como uma parte importante da concepção do papel doméstico. Desta forma, adicionamos à equação a dimensão cultural. Assim, Breuning (2011) sublinha que o papel dos líderes depende, não só do seu entendimento da identidade e da cultura, como também da transposição de ambas para uma concepção de papel. Esta deve, assim, gerar identificação no domínio doméstico e coadunar-se com as demandas internacionais.

A Turquia e o Presidente Erdoğan espelham exatamente as considerações descritas acima, tendo, sobretudo, por base os postulados do Neo-Otomanismo. Segundo Alekseevich (2018), o Neo-Otomanismo é um dos principais conceitos usados para definir a atual política externa turca, apesar de não ser uma ideologia oficial do governo. Este conceito implica a extensão da influência turca a territórios vizinhos, incluindo os do antigo império otomano através do *soft power*, e de melhorias a nível económico e social. Pilch (2012) reitera a visão de Alekseevich (2018), indo mais além ao afirmar que o Neo-Otomanismo, apesar de central na política externa turca, é, contudo, negado pela classe política do país. A Turquia tem vindo a redefinir a sua concepção do papel doméstico, assim como a sua política externa para que estas acomodem melhor as exigências da atual ordem internacional.

Com a chegada do AKP (*Adalet ve Kalkınma Partisi*: Partido de Justiça e Desenvolvimento) ao poder, a narrativa da política externa turca tem vindo a alterar-se. As concepções do papel doméstico são “múltiplas e dinâmicas” (Holsti, 1970: 254). Tal corrobora o argumento dos teóricos da *role theory* de que um país pode apresentar diversas concepções do papel doméstico, sendo que estas podem, por sua vez, mudar consoante a necessidade do Estado e/ou as circunstâncias domésticas ou internacionais. Pilch (2012) identificou várias concepções do papel que permitem compreender a política externa turca e a forma como o país se vê a si próprio, nomeadamente: líder regional, protetor regional, mediador-integrador, colaborador dos subsistemas regional e global, Estado-modelo e aliado fiel. Segundo o autor, as mudanças na política externa turca que se deram depois da ascensão ao poder do AKP em 2002 produziram novas concepções do papel doméstico e um novo discurso de política externa, o Neo-Otomanismo. Os decisores políticos turcos são os principais responsáveis por esta mudança na concepção do papel da Turquia. Assim, estes dão a conhecer uma determinada imagem do país tanto a nível interno, como internacionalmente. Pilch (2012) conclui que a utilização da *role theory* se afigura útil no estudo da política externa da Turquia, nomeadamente ao debruçar-se sobre a concepção do papel doméstico do país.

Um outro componente da *role theory* diz respeito às expectativas face ao papel. Estas consistem em “normas, crenças e preferências relativas ao desempenho de qualquer indivíduo numa posição social em relação a indivíduos que ocupam outras posições” (Thies, 2008:9). Por outras palavras, no caso da

presente dissertação, as expectativas face ao papel dizem respeito às expectativas que os outros países e o próprio eleitorado turco têm em relação à conceção do papel e ao desempenho do papel por parte do líder turco. Deste modo, as expectativas face ao papel incluem tanto a audiência externa como a audiência doméstica. Neste sentido, foram realizados estudos em grande escala sobre as perceções nestas audiências acerca da política externa turca. Desta forma, à semelhança do apresentado acima, separar-se-ão as perceções do público doméstico das do público externo.

No que concerne ao público doméstico, comungamos das conclusões da pesquisa do *Pew Research Center* (2014) segundo o qual a Turquia é um país muito dividido em relação às perceções dos turcos nas suas diversas áreas. De forma a permitir uma melhor compreensão acerca deste tópico, organizámo-lo em termos cronológicos. Começamos, assim, com o estudo de 2014 sobre o então primeiro-ministro turco Recep Tayyip Erdoğan. Tal estudo é relevante nesta dissertação uma vez que a sua análise comporta os protestos de Gezi ocorridos em 2013. Estes constituem um ponto de viragem na política turca e, por conseguinte, correspondem ao início da baliza temporal da presente dissertação. O estudo referido foi conduzido pelo *Pew Research Center* que investigou as perceções da opinião pública turca relativamente às condições do país, ao primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan e às instituições nacionais. Além destas, a pesquisa também se concentrou nas perceções da opinião pública turca em relação aos protestos de Gezi, conforme referido acima. Para o efeito, o estudo foi elaborado com base em 1000 entrevistas a adultos com 18 ou mais anos.

No que diz respeito às perceções face ao atual Presidente turco Recep Tayyip Erdoğan, a pesquisa elaborada pelo *Pew Research Center*, revela que a opinião pública turca se encontra dividida de forma quase igualitária entre os que estão satisfeitos com a liderança de Erdoğan e aqueles que consideram que este está a liderar o país na direção errada. Em termos percentuais, 44% dos turcos mostraram-se satisfeitos e 51% revelaram-se descontentes com a liderança do então primeiro-ministro. No que concerne à influência de Recep Tayyip Erdoğan no país, a tendência de divisão da opinião pública mantinha-se, sendo desta vez ainda mais equilibrada. Com efeito, 48% considerava, à data de 2014, que o então primeiro-ministro influenciava a Turquia de forma positiva, sendo que a mesma percentagem de inquiridos acreditava que Erdoğan influenciava o país de maneira negativa. Além disso, quando questionados sobre liberdades individuais, crime, corrupção e a situação na Síria, 56% dos inquiridos reprovava a forma como Erdoğan geriu estas questões. Em termos económicos, 49% da opinião pública turca condenava a maneira como Erdoğan geriu a economia do país, enquanto 46% dos turcos se revelavam satisfeitos. O estudo salienta que os turcos mais religiosos demonstraram, em 2014, maior apoio a Erdoğan em relação aos que são mais seculares. Na verdade, esta é uma divisão omnipresente.

As manifestações do Parque Gezi, que tiveram um tremendo impacto no país e causaram uma mancha na reputação internacional de Erdoğan, foram, contudo, muito apoiadas pelos turcos. Traduzindo este apoio em números, a sondagem do *Pew Research Center* em 2014 revelou que 49% da opinião pública turca defendeu estes protestos e que 55% condenam a maneira como o líder turco geriu a situação. Mais uma vez, como a pesquisa aponta, estas manifestações tiveram um maior apoio dos turcos com níveis de educação elevados, apoiantes de partidos da oposição e muçulmanos seculares.

Além destes factores importa igualmente avaliar a percepção dos turcos relativamente às forças armadas. Historicamente, a Turquia passou por vários golpes militares desde a fundação da sua república, o que confere às forças armadas turcas uma grande importância nas dinâmicas do país. Por esta razão, a pesquisa integra também este actor na sua análise. Segundo o estudo elaborado pelo *Pew Research Center* (2014), 55% da opinião pública turca considera que as forças armadas têm uma influência positiva no país. Contudo, nos últimos anos temos vindo a assistir a uma inversão dessa percepção, na medida em que cada vez mais turcos se mostram descontentes face à influência que as forças armadas têm na Turquia. De facto, em 2007, 85% dos turcos avaliavam de forma positiva as forças armadas. Em 2010, por sua vez, esta percentagem caiu para 72%. Mesmo assim, as forças militares e policiais continuavam a estar, à data, entre as instituições públicas percebidas de maneira mais positiva pelos turcos.

Finalmente, os resultados do estudo mostraram que 69% da opinião pública turca acredita que o Islão possui um papel importante nas políticas do país. A pesquisa incluiu, ainda, os resultados de 2002, ano que antecedeu a eleição de Erdoğan como primeiro-ministro turco, revelando que 45% dos turcos considerava que o Islão possuía um papel importante nas políticas da Turquia. Perante a influência do Islão na política turca, podemos concluir que a governação de Erdoğan, mais voltada para os valores religiosos procurou colher maior receptividade numa sociedade fragmentada.

De forma a analisar a evolução das percepções dos turcos acerca de Erdoğan e da Turquia, concentramo-nos, agora, nos anos mais recentes. Iniciamos esta última parte da análise a partir do ano de 2016, marcado pela tentativa de golpe de Estado. O Al Majalla (2021) sustenta que a partir desta altura se tem verificado uma saída massiva de turcos do país em resultado do aumento da repressão interna. Através de entrevistas a actores relevantes no âmbito da opinião pública turca, o contributo do Al Majalla (2021) permite-nos tecer algumas considerações relevantes no quadro da presente dissertação. Em primeiro lugar, percebemos que as principais motivações dos que decidem sair da Turquia se prendem com direitos humanos e liberdades. Os actores entrevistados pelo Al Majalla (2021) assumem também que tais valores estão intrinsecamente ligados à situação económica do país, motivo

pelo qual os turcos também querem sair. Em segundo lugar, a investigação do Al Majalla (2021) realçou que, apesar de a maioria a abandonar o país ser curda, em virtude da repressão que enfrenta, este padrão tem vindo a alterar-se. De facto, nos últimos anos, segundo o Al Majalla (2021), também os turcos têm procurado o estrangeiro principalmente a partir da tentativa de golpe de Estado a 15 de julho de 2016. O Al Majalla (2021) declara que, depois deste acontecimento marcante para a Turquia, seguiu-se a demissão de milhares de cidadãos, que perderam os seus empregos depois de serem acusados de participar no golpe de Estado. Aliado a isto, uma maior repressão tem levado a que mais cidadãos busquem o estrangeiro, incluindo jornalistas. Por conseguinte, os impactos sociais desta tentativa de golpe de Estado deram origem a duras críticas ao governo (NPR, 2017).

No que respeita às expectativas externas face à conceção e desempenho do papel por parte dos líderes turcos, um dos estudos mais relevantes diz respeito às perceções dos europeus. Com efeito, a pesquisa realizada pelo *European Council on Foreign Relations* em 2021, através de uma sondagem à opinião pública europeia, teve resultados constrangedores, ao revelar que a Turquia é o único país que mais europeus percecionam como adversário do que como aliado. Na pesquisa referida compararam-se as perceções dos europeus em relação à Turquia juntamente com os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido, o Japão, a Rússia, a Índia e a China. Estando integrada na NATO, à semelhança da maioria dos países europeus, seria expectável que as perceções europeias em relação à Turquia fossem mais positivas. Em termos percentuais, somente 25% dos europeus perceciona a Turquia como parceiro e apenas 4% a vê como um aliado com quem partilha interesses e valores (European Council on Foreign Relations, 2021). Adicionalmente, o estudo também realçou o desejo europeu de que a União Europeia (UE) continue a criticar a Turquia pela violação dos direitos humanos, do estado de direito e dos valores democráticos (Ibid). Como concluiu a pesquisa levada a cabo pelo *European Council on Foreign Relations* (2021), a razão pela qual a Turquia é percecionada como um país inimigo na Europa prende-se com os discursos e a política externa do país, juntamente com as notícias nos *media* que as acompanham.

Já a adaptação do papel concerne eventuais mudanças quanto ao desempenho do mesmo (Harnisch et al., 2011). Relembremos, para o efeito, que a adaptação do papel se traduz na forma como o país em estudo (a Turquia) adapta o seu papel para ir ao encontro das expectativas de terceiros: tanto actores domésticos como externos. Como admitem Kutlay e Öniş (2021), a política externa turca tem sofrido mudanças profundas nos últimos 20 anos, sob o governo do partido de Erdoğan, o AKP. Com vista a uma melhor análise da adaptação do papel, dividiremos estas duas décadas em dois momentos: a primeira década em que o AKP ascendeu ao poder, e a segunda década respeitante à sua governação.

Segundo Kutlay e Öniş (2021), na primeira década de poder do AKP, a política externa turca regeu-se pela 'lógica da interdependência'. Esta traduziu-se, de acordo com os autores, numa estratégia dinâmica de integração regional e de alianças na região, ao mesmo tempo em que foram assinados acordos de livre comércio e isenções de visto para países do Médio Oriente. Os autores referem que a Turquia também adoptou uma postura neutra como mediador entre Israel e a Síria, além de ter desempenhado um papel humanitário importante em questões regionais, e demonstrado grande capacidade de iniciativa na resolução dos longos conflitos nos Balcãs. Além disso, Kutlay e Öniş (2021) acrescentam que o AKP iniciou o processo de negociação com vista à adesão da Turquia à UE em 2005, algo que até ao presente não se materializou.

No entanto, como confirmam Kutlay e Öniş (2021), na segunda década de governo do AKP, a conceção do papel externo da Turquia foi alvo de profundas alterações. Deste modo, os autores afirmam que a 'lógica de interdependência', bem como o papel do país enquanto mediador-integrador deram gradualmente lugar a uma busca de afirmação da sua autonomia ainda que secundada por uma lógica de diplomacia coerciva. Além disso, Kutlay e Öniş (2021) referem que a Turquia também colocou de parte a sua neutralidade no Médio Oriente, aquando das Primaveras Árabes, além de ter participado militarmente na guerra civil síria. Por fim, no que concerne à segunda década de governo do AKP, Kutlay e Öniş (2021) realçam o esmorecimento das relações da Turquia com a UE, os EUA e outros parceiros da OTAN. Esta postura espelha uma clara mudança de comportamento da Turquia e, por conseguinte, de adaptação do papel do país. Por outro lado, autores como Aydın *et al.* (2022) acreditam que a degradação das relações com o Ocidente contribuiu para uma alteração da perceção da Turquia face aos países que até então considerava como 'amigos'. Daqui resultou, por sua vez, uma viragem da política externa turca sobretudo para a Ásia, sem deixar, todavia, de ser membro da OTAN (The Diplomat, 2022; Council on Foreign Relations, 2023).

A evolução das perceções acima mencionadas permite a introdução da última dimensão da *role theory* - o desempenho do papel. Relembramos que este corresponde, segundo Harnisch *et al.*, ao "comportamento político do actor no contexto social" (2011:114). No caso da Turquia, a interpretação da manifestação da sua política externa afigura-se uma tarefa mais complexa já que, como constata Aydın (2020), o país não publicou nenhum documento oficial contendo uma estratégia global de política externa.

Ainda assim, Aydın (2020) considera que é possível identificar múltiplas estratégias dispersas do país no que toca à sua política externa, através das acções e declarações dos decisores políticos

turcos. O mesmo autor reconhece que estas estratégias de política externa espelham as percepções dos líderes - no caso da Turquia, as percepções de Erdoğan.

De acordo com Aydın (2020), a política externa turca pauta-se por uma retórica de 'construção da ordem' com ênfase em instrumentos de *hard power*, recorrendo mais à utilização do seu exército. O autor refere também que a instabilidade na região em que a Turquia se insere conduziu à alteração do desempenho do seu papel a nível regional e global. Desta forma, a nova política externa do país tem sido pautada, segundo Aydın (2020), por uma 'preciosa solidão' a partir de 2013. Outra característica da política externa turca que merece especial destaque deve-se ao facto de, desde as eleições de 2018, a tomada de decisão estar apenas concentrada no presidente Erdoğan. Este facto é corroborado por Gabrielyan, segundo o qual Erdoğan age conforme "os seus próprios interesses, objectivos e sonhos" (2022: 53).

Por sua vez, o estudo de Aydın (2020) desvenda mais uma estratégia de política externa implementada pela Turquia - a política externa empreendedora e humanitária - que tem por objectivo a cooperação política, económica, humanitária e cultural à escala global. De facto, como sublinha o autor, a ajuda humanitária é um instrumento muito utilizado pela Turquia em áreas geográficas tão distintas como África ou a América Latina. Por sua vez, Kutlay e Öniş (2021) complementam esta ideia, reconhecendo que a actual política externa turca se concentra em cinco pilares, interligados entre si, e que gravitam em torno da noção de 'autonomia estratégica'¹. O primeiro pilar corresponde ao entendimento de Erdoğan de que a Turquia é um país relevante tanto a nível regional como internacional. Todavia, os autores admitem a existência de uma discrepância entre a posição *de facto* da Turquia, no plano internacional, como um *middle power* e o entendimento de Erdoğan de que o país é um actor global.

Como segundo pilar, Kutlay e Öniş (2021) apontam as preocupações em matéria de segurança como sendo um outro elemento-chave na política externa da Turquia, o que justifica o recurso ao *hard power*. Com efeito, estes autores consideram que a Turquia é apologista da projecção do seu poder militar no estrangeiro. Por outro lado, embora sendo um membro da OTAN, a Turquia ambiciona tornar-

¹ A autonomia estratégica designa o conjunto de esforços do governo do AKP para alcançar uma política externa independente e assertiva. Assim, esta abordagem baseia-se em vários elementos, nomeadamente no Neo-Otomanismo - em que o AKP busca reavivar a sua influência em países que outrora haviam pertencido ao antigo Império Otomano. Por outro lado, a autonomia estratégica também busca realçar a identidade não-ocidental da Turquia e um papel de liderança no mundo muçulmano (Yavuz, 2022, Ülgen et al., 2024).

se (mais) independente do Ocidente, como atesta o seu reforço de parceria com a Rússia e com a China (Observador, 2022; TRT, 2024)

Como terceiro pilar, Kutlay e Öniş (2021) destacam o papel da identidade nas sinergias da política externa turca, nomeadamente na sua busca de uma autonomia estratégica. A este respeito, Erdogan percepciona a Turquia como um 'país líder no mundo islâmico' (apesar de oficialmente laico), que promove e protege os princípios islâmicos internacionalmente. Como quarto pilar da política externa turca, Kutlay e Öniş (2021) referem que a Turquia percebe a Rússia e a China como os seus principais aliados na actual conjuntura internacional. Por último, como realçam Kutlay e Öniş (2021) - apesar de contraditório devido às ambições de autonomia estratégica - as relações com o Ocidente perduram tanto a nível da segurança, como da economia. Na verdade, os autores sustentam que os decisores políticos turcos consideram importante preservar a sua filiação na OTAN, embora deixando entreaberto o desejo de um dia vir a pertencer à UE. Contudo, Kutlay e Öniş (2021) sublinham que a OTAN e, por inerência, o Ocidente comungam de uma identidade, princípios e valores distintos dos da Turquia. Deste modo, Kutlay e Öniş (2021) concluem que esta perspectiva não-ocidental é uma ferramenta que permite aos decisores políticos turcos conquistar apoio a nível doméstico. Neste seguimento, os autores mencionados verificam que, no caso da Turquia, a 'autonomia estratégica' foi transformada num mecanismo apenas discursivo para validar a deriva autoritária de Erdoğan, dividir a oposição e aumentar os apoiantes através de uma narrativa centrada na 'segurança nacional'.

2.3. A interdependência entre *Role Theory* e *Soft Power*

Com vista a concluir o presente capítulo, analisamos agora os pontos nos quais convergem a *role theory* e o *soft power*. Desta forma destacamos que quer o *soft power*, quer a *role theory* têm por denominador comum as dinâmicas da imagem, da percepção tanto do 'eu' como do 'outro', bem como a interdependência na interacção entre os actores. No caso turco, a percepção do 'eu' está centrada na percepção de Erdoğan face a si mesmo e na sua concepção da identidade turca. Por sua vez, a percepção que as audiências doméstica e internacional têm acerca do papel de Erdogan acaba por influenciar não só o seu desempenho do mesmo, mas também modificar, eventualmente, a sua concepção do papel. Por este motivo, daremos especial atenção, quer a Erdoğan e à sua concepção da identidade turca, quer às percepções de terceiros em relação a este.

A *role theory* espelha a mudança e a evolução do *soft power* turco, uma vez que este não pode ser entendido como algo acabado. Ao invés, o *soft power* é dinâmico, procurando ir assim ao encontro,

tanto das expectativas domésticas como das externas. Na verdade, como reconhecem Dolatabadi e Rezaei (2022), a ascensão do AKP fez-se acompanhar de profundas mudanças políticas e sociais, bem como por uma instabilidade crescente na região, conjuntura esta que se refletiu nas estratégias da política externa turca (Ibid). O partido de Erdoğan criou uma nova doutrina de política externa a qual denominou de “Nova Turquia”. Construído e divulgado pelo AKP, este termo começou a ser utilizado em 2013, criando assim um antagonismo face ao conceito de “Velha Turquia”. Desta forma, a “Nova Turquia” pretende representar uma quebra com o passado e a passagem para um novo regime mais democrático, eficiente, próspero, liberal em termos económicos e igualitário a nível social. Assim, o AKP ambiciona criar uma perceção negativa do passado Kemalista, ao evidenciar as fraquezas do antigo regime tanto a nível democrático como de desenvolvimento económico, forjando, ao invés, uma imagem de “salvador” dos turcos (Özişik, 2021).

De forma a consolidar esta narrativa, o partido de Erdoğan adoptou várias estratégias. Mencione-se, a este respeito, o caso dos vídeos criados pelo AKP a fim de transmitir uma imagem da Turquia como um país fraterno e admirável, espelhando a diversidade turca e apelando, por conseguinte, à emoção dos espectadores. Além disso, os conteúdos criados pelo partido de Erdoğan procuram realçar o desenvolvimento do país, apresentando imagens de projectos implementados na Turquia, tais como pontes, hospitais, aeroportos, de forma a mostrar obra feita. A narrativa da Nova Turquia veio apostar num maior investimento nas áreas culturais, sociais e no poder dos símbolos. Contudo, ela tem sido alvo de tentativas de instrumentalização por parte do Presidente turco, como atesta o episódio da construção do novo palácio de Erdoğan - o *Ak Saray* (Palácio Branco) - inaugurado a 29 de outubro de 2014, data que coincidiu com o aniversário da fundação da República turca (International Business Times, 2014). Neste seguimento, a construção do imponente palácio presidencial em 2014 pode ser entendido como um símbolo desta narrativa, uma vez que Erdoğan ambicionava que este honrasse a grandeza da “Nova Turquia” (Özişik, 2021). O palácio passaria a ser a nova morada dos presidentes turcos, que desde Atatürk habitam na Vila de Çankaya, destacando-se pela sua grandiosidade e espelhando as visões do presidente (Exame, 2014).

A realização deste projeto, bem como da construção da terceira ponte sobre o Bósforo, simbolizam um retorno de Erdoğan à tradição otomana, exibindo projetos suscetíveis de restaurar a aura e a glória do antigo império otomano ainda que instrumentalizados pelo Presidente (Özişik, 2021). Desta forma, a narrativa da ‘Nova Turquia’ (2013) afigura-se uma ferramenta utilizada pelos líderes turcos com vista à criação de um novo papel da Turquia a nível doméstico, regional e mundial. Face ao exposto, o estudo do *soft power* turco apenas se afigura viável por meio de uma lente conceptual que admita uma

interação, dinamismo e interdependência entre os actores e as percepções que estes têm de si e dos outros.

As teorias tradicionais das Relações Internacionais são, por vezes, alvo de críticas uma vez que nem sempre suprem as necessidades que a análise da atual ordem internacional requer. Uma delas é, como admitem Görener e Ucal (2011), o facto de as variáveis individuais serem, por norma, desvalorizadas pelas teorias *mainstream*. Neste sentido, segundo os autores, as mesmas marginalizam a relevância dos líderes aos quais cabe interpretar as exigências e necessidades internacionais que, por sua vez, têm impacto nas suas decisões políticas. A *role theory*, no entanto, permite a análise do perfil dos líderes, o que se revela bastante útil no caso turco, já que as decisões políticas da Turquia se concentram largamente na pessoa de Erdogan. Desta forma, com uma lente conceptual que tenha em conta esse prisma individual de análise de Erdogan, é possível realizar uma avaliação mais adequada do *soft power* turco.

Além disso, Görener e Ucal (2011) defendem que existe um reconhecimento cada vez maior do enriquecimento que a incorporação das variáveis individuais, tais como as percepções ou as motivações, proporcionam na análise do comportamento da política doméstica e externa. Mais uma vez, a *role theory* consegue responder a estas necessidades, adequando-se ao estudo da Turquia. Assim, o contributo de Görener e Ucal (2011) realça o facto de a política externa turca ser indissociável do prisma de valores do estadista que a influencia. Por conseguinte, é fundamental não se descurar a política externa tendo em conta que esta é um processo de tomada de decisão que inclui a subjetividade humana em conjunto com a influência das variáveis estruturais. No caso turco, a nostalgia é um factor a ter em conta, uma vez que condiciona a tomada de decisão por parte de Erdogan. Assim, Brown (2002) considera que a nostalgia é importante para entender o processo de construção das identidades, quer dos indivíduos, quer das instituições. Deste modo, o autor admite que esta pode ser uma ferramenta tanto para preservar o sentido de grupo, como para desviar os indivíduos das suas preocupações diárias.

O estudo de Brown (2002) mostra que as narrativas construídas formam a identidade de grupo. Desta forma, a nostalgia de grupo permite fornecer informações sobre a forma como, quer os indivíduos, quer os grupos percebem determinadas situações e ameaças. Por fim, o autor considera a nostalgia como um veículo para aceder ao legado comum de valores e convicções que são, de facto, importantes para a identidade, na medida em que serve de base emocional em alturas de mudança. Desta forma, Brown (2002) admite que esta é uma forma de manifestação da individualidade em processos de reconhecimento da identidade, tanto dos indivíduos como das organizações. Um ponto importante a realçar é o facto de a nostalgia ser relevante para que os sujeitos construam as suas narrativas de forma

a que estas sejam credíveis e tragam tranquilidade aos indivíduos (Brown, 2002). Esta é, na prática, uma estratégia usada por Erdogan. Segundo o autor, o enfoque na nostalgia permite analisar a formação e mudança da identidade com base nas perspectivas dos sujeitos no contexto social. Além disso, o autor realça que estudar este tópico é uma forma eficaz de explorar aprofundadamente os diálogos (Hazen, 1993 *apud* Brown, 2002).

É possível estabelecer uma ponte entre a *role theory* e o acima exposto. Como admite Breuning (2011), a *role theory* está intimamente ligada a conceitos como os de identidade, imagem e auto-imagem, normas e cultura. Acima abordámos a importância da nostalgia na construção da identidade e como esta nos fornece informações importantes para compreendermos as percepções dos diversos actores, relembrando que as percepções são um conceito-chave para a *role theory*.

Como constata Ayoob (2020), a herança do Império Otomano continua muito patente na memória dos turcos, ainda que Atatürk tivesse procurado distanciar-se deste legado, regendo-se por linhas de acção mais ocidentalizadas e que, por conseguinte, podem ter escondido estes sentimentos de pertença. No entanto, Ayoob (2020) acrescenta que estes sentimentos afloraram aquando da ascensão ao poder do AKP. Com efeito, este partido espelha as características de Erdoğan, mais precisamente, como refere Ayoob (2020), o orgulho do legado otomano e islâmico da Turquia. Tal não deixa de ter impacto, obviamente, no *soft power* turco, nomeadamente na visão que Erdoğan tem do legado da Turquia no mundo, o que se reflecte na forma como a Turquia gera o seu *soft power*. De facto, a mensagem de filmes e séries relacionados com o Império otomano projectam, quer nos turcos, quer no estrangeiro a identidade de um tempo glorioso para este povo. Tal tem, por sua vez, impacto na maneira como Erdoğan concebe simultaneamente o seu papel e o da Turquia, projectando uma certa identidade a nível internacional.

Consideramos pertinente mencionar aqui o papel da actual mesquita Hagia Sophia. Esta havia sido transformada num museu no tempo de Atatürk, que se empenhou em criar um Estado laico. Esta mesquita é uma das maiores da Turquia e um dos símbolos de orgulho e poder resultantes da vitória dos otomanos sobre os bizantinos, como afirma Ayoob (2020). O autor refere também que quando Atatürk decidiu convertê-la num museu, fê-lo para que isso representasse uma quebra face ao passado otomano, contribuindo assim para que o Ocidente passasse a ver a Turquia como um país “civilizado”. Ora, a decisão de Erdoğan converter o museu em mesquita em 2020 gerou grandes críticas em círculos cristãos e outros ocidentais, uma vez que acreditavam que a conversão do museu para práticas exclusivamente muçulmanas poderia acentuar ainda mais as divisões religiosas patentes no seio da sociedade turca (Público, 2020). Neste sentido, a mesquita Hagia Sophia é instrumentalizada, por

Erdoğan, como um símbolo da “Nova Turquia”, elemento essencial da nova concepção do papel da Turquia. Este desempenho do papel visa robustecer o Islão num Estado laico (Yavuz e Öztürk, 2019). Além disso, há muito que a reconversão da Hagia Sophia em mesquita era solicitada pelos muçulmanos (BBC, 2020). Desta forma, num contexto em que a quase totalidade da população turca é muçulmana, Erdoğan reuniu esforços para ir ao encontro das expectativas da maior parte da população turca que se revê no Islão.

Conclusão parcial

No capítulo que aqui finda procedemos à análise de vários tipos de poder, destacando, em especial, o *soft power*, que corresponde à capacidade de influenciar. De seguida, introduzimos e explicámos as variáveis e postulados da *role theory*, que gravita em torno de quatro conceitos-chave: a conceção do papel, as expectativas face ao papel, a adaptação do papel e o desempenho do papel.

Em relação à conceção do papel, concluiu-se que a Turquia tem vindo a redefinir o seu papel, inclusive no âmbito da sua política externa, sobretudo desde a ascensão do AKP ao poder. No que concerne às expectativas face ao papel, realçámos a grande divisão da opinião pública doméstica face ao papel do presidente Erdoğan. Efectivamente, constatámos que os turcos mais religiosos são os que demonstram maior apoio ao presidente, comparativamente aos ditos ‘mais seculares’, sendo esta uma divisão omnipresente na Turquia. Ainda no que concerne à religião, percebemos que os turcos lhe atribuem uma importância crescente desde que o AKP é governo, o que impacta as expectativas do papel da Turquia e, por conseguinte, a conceção do papel do seu presidente. Relativamente às expectativas do público internacional, destacámos que estas são fortemente influenciadas pelos discursos, pela política externa da Turquia e pelas notícias nos *media* que as acompanham. Como veremos ao longo desta dissertação, estes são factores fundamentais nas percepções internacionais face à Turquia tendo, por conseguinte, uma grande influência no *soft power* do país.

Em relação à adaptação do papel, concluímos que o papel da Turquia sofreu mudanças profundas desde que se encontra sob a governação de Erdoğan. A primeira década da sua governação ficou marcada por uma política externa em favor da integração regional e alianças na região, iniciando também o processo de negociação para adesão à UE. Já na segunda década, Erdoğan buscou afirmar a autonomia da Turquia, por meio de intervenções militares e diplomacia coerciva, colocando de parte a sua neutralidade na região. Deu-se, então, a viragem da política externa turca sobretudo para a Ásia, sem deixar, todavia, de ser membro da OTAN, em consequência do esmorecimento das relações com o Ocidente. Quanto ao desempenho do papel, apesar de a Turquia não ter publicado nenhum documento oficial contendo a sua estratégia global, identificámos múltiplas estratégias ao nível da sua política externa.

Por fim, concluímos que o estudo do *soft power* turco é perfeitamente analisável à luz da *role theory*, que admite a interação, dinamismo e interdependência entre os actores e as percepções que estes têm de si e dos outros. Por outro lado, a *role theory* permite analisar as diferentes adaptações da Turquia no contexto internacional e o perfil de Erdoğan, visto que as decisões políticas se concentram na sua

pessoa, ou seja, nas suas percepções e motivações. Assim, no próximo capítulo iniciaremos a análise do *soft power* turco no período pré-Erdoğan, para melhor percebermos a sua evolução.

3. O *Soft Power* pré-Erdoğan: a imagem da Turquia no Mundo

3.1. Contextualização histórica e determinantes da política externa turca

De forma a introduzir este novo capítulo, consideramos pertinente proceder a uma breve contextualização histórica da concepção do papel da Turquia no mundo, uma vez que ela está intimamente ligada à identidade turca que, por sua vez, se afigura uma ferramenta essencial à análise do *soft power*. De seguida, analisaremos a liderança de Atatürk e de Özal, visto que estes foram os líderes mais relevantes na transformação da política externa turca antes de Erdoğan.

Neste sentido, recuamos ao período Otomano para contextualizar a análise. Como reconhece Ayoob (2020), a queda do império teve início a partir da segunda metade do século XIX, verificando-se uma perda gradual dos territórios otomanos na Europa, mais concretamente, nos Balcãs. Este facto justifica os laços históricos que a Turquia tem com os países pertencentes a esta região, na medida em que ambos pertenciam ao Império Otomano. No entanto, o autor afirma que o abalo mais forte para o império resultou das determinações do pós-Primeira Guerra Mundial. O tratado de Sèvres atribuiu, como zona de influência, a Anatólia Ocidental à Grécia, tendo o sul da Anatólia sido cedido a Itália, e o sudeste a França. Para além destas, partes consideráveis de território situadas na zona leste da Anatólia foram convertidas, quer em enclaves, quer em protoestados arménios e curdos (Ayoob, 2020). Ora, o autor considera que esta situação não agradou aos turcos.

Na sequência deste descontentamento, teve lugar uma árdua guerra pela independência da Turquia em que as tropas turcas, lideradas por Mustafa Kemal, se revoltaram contra o sultão otomano, em razão da assinatura da rendição. Ao fim de quatro anos de luta, os turcos foram capazes de reverter as alterações do tratado de Sèvres acima mencionadas. Contudo, Mustafa Kemal - posteriormente apelidado Atatürk - procurou não interferir nos territórios árabes não-turcos do Império pertencentes à Grã Bretanha e à França, visto que isso significaria um confronto directo com estes dois países. De facto, estas duas potências afirmaram o seu domínio na região do crescente fértil, pelo que um conflito com estes países poderia significar uma ameaça à independência e soberania da Turquia (Ayoob, 2020).

Aqui chegados, passamos agora à análise do *soft power* turco sob a liderança de Atatürk e Özal. Comungamos, para o efeito, do entendimento de Ataman (2002) que defende que com a mudança de líderes surgem novas concepções do papel, acompanhadas da alteração de objectivos e prioridades as quais, por sua vez, influenciam a política externa. Por outras palavras, diferentes concepções do papel repercutem-se em distintos desempenhos do papel, como defende a *role theory*.

3.2. O *Soft Power* durante o governo de Atatürk

Após a contextualização histórica do papel da Turquia abordada acima, procederemos de seguida à análise da liderança do fundador da República - Atatürk. Este líder direccionou a política externa turca para o Ocidente (Isik, 2021). Danforth (2008) sustenta que o distanciamento de Atatürk face ao Médio Oriente e a posterior aproximação de Erdoğan à região - ou seja, a adaptação do papel - é uma resposta prática e estratégica face à mudança da conjuntura internacional. De facto, ainda durante o Império Otomano, assistiu-se a diversas mudanças (adaptações do papel) com o intuito de tentar evitar o seu colapso, como a modernização da administração, da economia e da sociedade. Não obstante, o império acabaria por cair. Com a fundação da República, a prioridade de Atatürk continuava a ser a de garantir a integridade do Estado (Oğuzlu, 2007 *apud* Muter 2018).

Danforth (2008) reconhece que, em vez de um enfoque na conceção do papel dos líderes turcos, os estudiosos têm analisado a política externa do país concentrando-se, sobretudo, no confronto entre as identidades ocidentais e orientais. De facto, a posição geográfica da Turquia, entre o Ocidente e o Oriente, justifica o emprego destas noções. Com efeito, Aydın (2019) argumenta que a localização geográfica da Turquia torna difícil quer o enquadramento do país numa região específica, quer a capacidade de este se ligar a múltiplos Estados com culturas, dinâmicas políticas, evoluções históricas e económicas também distintas. De acordo com Danforth (2008), ao dilema identitário sobre a identificação da Turquia com o Oriente *versus* Ocidente, acresce também o do Islão e da democracia. No fundo, o autor aponta para uma fusão de identidades pautadas pelo Islão, democracia e secularismo que predominam nos debates sobre a política externa turca, tanto na Turquia como no estrangeiro. Desta forma, o entendimento de Danforth (2008) revela-se de extrema importância, ao alargar o campo de visão centrado nas identidades, ao considerar as decisões de Atatürk e Erdoğan como sendo condicionadas pelo contexto internacional e não determinadas apenas pelo factor identitário ou ideológico, ou seja a conceção do papel dos mesmos.

Assim, entendemos que esta postura espelha uma adaptação do papel por parte de Atatürk, na medida em que este adaptou a política externa do país à situação que então se vivia na região. Desta forma, abandonar as exigências e o legado otomano foi, segundo Danforth (2008), uma das medidas mais transformadoras que Atatürk adoptou. O líder turco procurou, igualmente, distanciar-se das pretensões imperiais que haviam caracterizado o sultanato turco no período precedente. Tal posicionamento consubstancia, uma vez mais, uma adaptação do papel do líder perante a sua leitura da evolução da conjuntura histórica.

Desta forma, Atatürk concentrou os seus esforços em criar uma imagem e uma identidade mais voltadas para o Ocidente, baseando-se tanto no nacionalismo como na modernização (Sancar *apud* Muter, 2018). Este empenho deu, então, origem a uma nova conceção do papel da Turquia. A nível cultural, estes esforços de aproximação ao Ocidente começaram a ser realizados mesmo antes da implantação da República turca. De facto, as traduções de obras europeias começaram a ser feitas a partir de 1850. Além disso, os escritores otomanos começaram também a estabelecer contacto com géneros de romance da Europa, assim como estilos de poesia. Contudo, esta aproximação ao modelo europeu transcendeu o domínio literário e reflectiu-se em diversas outras áreas como modelos de consumo, atividades de tempos livres, na arquitetura e na educação (Gulmez et al., 2023).

Assim, as reformas levadas a cabo por Atatürk buscavam eliminar os elementos islâmicos, tanto da política como da sociedade turca, distanciando-se da herança otomana e islâmica e adoptando traços civilizacionais ocidentais (Ataman, 2002). Com efeito, a adaptação foi notória também na indumentária. Refira-se, a título ilustrativo, a substituição do Fez por chapéus com traços mais ocidentais, numa tentativa de apagar as características mais orientais da cultura turca. Esta alteração deu-se uma vez que as vestes islâmicas eram percecionadas de forma negativa, enquanto o estilo ocidental era visto como evoluído. Além destas, deu-se também a abolição do sultanato e do califado; a substituição do alfabeto árabe pelo alfabeto latino; a promoção do futebol no país e a criação da ópera turca. Todas estas medidas foram adoptadas com o intuito de estabelecer uma nova identidade da Turquia (Gulmez et al., 2023). Por fim, importa também realçar a passagem do ensino primário para um regime gratuito e obrigatório e a atribuição de direitos civis e políticos iguais às mulheres (Huijgh e Walick, 2016 *apud* Ayhan, 2018). Por conseguinte, estas reformas representam uma clara adaptação do papel da Turquia.

Neste seguimento, a modernização era percecionada pela ideologia kemalista como sinónimo de ocidentalização (Yavuz e Öztürk, 2019). O Kemalismo assenta, assim, em seis pilares basilares, nomeadamente o republicanismo, populismo, nacionalismo, reformismo, estatismo e secularismo. O secularismo consistiu na exclusão dos princípios islâmicos pelos Kemalistas como forma de alcançar a ocidentalização. Contudo, embora a Turquia buscasse identificar-se com o Ocidente, existiam razões estruturais desde a génese do Estado que impossibilitaram essa orientação ocidental, tanto na esfera doméstica como internacional. Assim, o kemalismo enveredou por políticas autoritárias com o intuito de afastar os seus inimigos domésticos (Ataman, 2002). Por outro lado, embora as reformas pró-Ocidente fossem percecionadas de forma positiva em algumas esferas ocidentais, a percepção tradicional dos turcos pelos europeus não se alterou necessariamente, já que não foi capaz de os convencer de que estes esforços se reflectiriam na mudança de identidade turca (Gulmez et al., 2023). Além das reformas

implementadas não terem tido a capacidade de uniformizar a sociedade turca, elas exacerbaram a divisão da mesma, estando esta fragmentação presente até aos dias de hoje (Ibid).

Atatürk ambicionava desconstruir a imagem que a Europa tinha dos turcos, ao desenvolver os seus princípios de secularismo e não-intervenção. O conceito de secularismo é particularmente importante, uma vez que o líder defendia que o Islão ajudava a promover uma imagem dos turcos enquanto sociedade diferente da europeia. Assim, ao adoptar o secularismo, este deixaria de ser um ponto determinante para os europeus. Ao mesmo tempo, a Europa era percebida pelos Kemalistas como o “centro do progresso e da civilização”, razão pela qual estes empenharam esforços com vista à ocidentalização da Turquia (Gulmez et al, 2023). Os Kemalistas percebiam os países europeus como “amigos espontâneos”, assim como as alianças com os países do velho continente eram vistas como ligações espontâneas. Por conseguinte, o desejo de adesão à UE era percebido pelos Kemalistas como algo igualmente espontâneo (Ataman, 2002). É neste sentido que se compreende a adesão ao Conselho da Europa em 1949 e à OTAN em 1952. No domínio cultural destaquemos, por sua vez, a primeira participação do país no Festival da Eurovisão em 1975. Sublinhemos também as visitas de Charles de Gaulle e Elizabeth II à Turquia, que atestam o fortalecimento dos laços do país com a Europa (Gulmez et al., 2023).

Contudo, estas iniciativas foram motivadas pela necessidade de segurança, uma vez que no contexto da Guerra Fria, a Turquia era vista pelos países europeus como um aliado importante para conter a ameaça soviética, mas não necessariamente percebida como parte do Ocidente. Todavia, esta conjuntura alterou-se aquando da apresentação dos critérios de Copenhaga em 1993, que realçavam a importância da democracia como principal critério na definição de um Estado Europeu. Assim, aquando do pedido de adesão da Turquia à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1987, um dos principais entraves que o país enfrentou e que contribuíam para que a Europa se opusesse a esta adesão eram a instabilidade económica e democrática e o desrespeito pelos direitos humanos (Gulmez et al, 2023).

De entre os desafios domésticos e regionais saliente-se o nacionalismo curdo e o Islão político (Ataman, 2002). No que concerne ao primeiro, podemos traçar uma relação causa-efeito entre este e o facto de o regime kemalista ter estabelecido a etnia turca como a identidade principal do Estado turco (Ibid.). De facto, esta perspectiva de Atatürk da Turquia como um Estado étnico único está na génese da questão curda, que permanece actualmente um dos principais temas que fragmentam a política turca (Institute for Security and Development Policy, 2016). Com efeito, a criação de um Estado étnico único numa sociedade constituída por várias etnias, levou a que o regime turco evoluísse de forma autoritária,

uma vez que havia a necessidade de dispor de um poder central forte para preservar a segurança e a integridade do território (Institute for Security and Development Policy, 2016; Yavuz e Öztürk, 2019). Desta forma, as preocupações de segurança sobrepuseram-se à tentativa de resolução das diferenças étnicas, negligenciando, no processo, direitos básicos como a justiça social (Ergil, 2000 *apud*. Institute for Security and Development Policy, 2016).

Efectivamente, a desintegração do Império Otomano proporcionou a divisão dos curdos em quatro Estados, nomeadamente a Turquia, o Irão, o Iraque e a Síria. A partir de então, os curdos começaram a enfrentar os Estados em que estão distribuídos depois de verem o reconhecimento dos seus direitos políticos, culturais e linguísticos lhes serem recusados (Mohammed e Romano, 2023).

Um dos objectivos dos vários governos desde a formação da República consistia na diluição da etnia curda no Estado turco através da proibição da língua e de actividades culturais curdas, bem como da execução de massacres e deportações de curdos (Ibid.). Ao invés do que sucedia na era otomana, em que a identidade era baseada na religião, aquando da constituição da República turca e, mesmo no final do século XIX com o ainda império otomano, a nova identidade do país assentaria na língua e cultura turcas, desencorajando a criação de um espaço para acomodar as necessidades dos curdos. Este contexto levou, assim, ao rápido surgimento de revoltas curdas que reivindicavam a legitimação da sua identidade (Ibid.).

3.3. O *Soft Power* durante o governo de Özal

Ataman (2002) admite que os líderes que sucederam a Atatürk procuraram manter a mesma orientação de política externa face à região e ao Ocidente. Contudo, o autor considera que esta postura foi, pela primeira e única vez, desafiada por Özal enquanto Primeiro-Ministro turco, de 1983 a 1989, e como Presidente do país no período de 1989 a 1993. De facto, com Özal verificou-se uma transformação da política externa turca, passando dos princípios mais isolacionistas de Atatürk para uma política externa mais dinâmica (Laçiner, 2009). Özal procurou diversificar o conjunto de alianças do país, concentrando, todavia, as suas políticas mais a Oriente, uma vez que a melhoria das relações com o mundo turco era uma das prioridades do seu governo. Esta tentativa de redefinição da concepção dos objectivos e do papel da Turquia visou essencialmente contribuir para a consolidação do país como potência regional (Ibid). Assim, nos anos 80, Özal abraçaria uma nova identidade política, abandonando alguns dos pilares do Kemalismo, nomeadamente o “estatismo” e o “populismo”, e alterando a natureza do “secularismo”,

do “nacionalismo”, do “reformismo” e do “republicanismo”, com o intuito de enfraquecer a influência Kemalista (Ataman, 2002).

O desempenho do papel inerente à política externa sob Özal pode ser dividido em dois grandes períodos: o primeiro, de 1983 a 1989, e o segundo de 1989 a 1992. Durante o primeiro período, Özal ocupou-se dos problemas internos, em particular as questões económicas, as divergências e protestos entre os cidadãos e os líderes, bem como a estabilidade política. Por sua vez, o segundo período teve como foco principal a política externa e o processo de democratização da Turquia. Neste sentido, Özal procurou reunir esforços para que a Turquia se tornasse uma potência regional, cultivando, para o efeito, alianças com o Oriente, que acreditava serem essenciais para o país. Ao mesmo tempo, Özal percebia que o apoio do Ocidente era fundamental para preservar a sua governação numa região instável embora estratégica. Em concreto, Özal procurou realçar a relevância geoestratégica da Turquia para os Estados Unidos e para a OTAN, algo que ainda hoje é efectivamente valorizado por parte de Washington e Bruxelas.

Este desejo de usufruir de novas possibilidades a nível político e económico reflectiu-se na criação, por parte de Özal, da Organização de Cooperação Económica do Mar Negro em 1992. A fundação desta organização constituiu um esforço do então presidente para oficializar as relações com Estados com os quais a Turquia tinha cortado laços. Por sua vez, o incremento das relações com os países da Ásia Central permitiu que Özal aumentasse a rede diplomática da Turquia. Além disso, o antigo presidente percebeu que ao estabelecer relações com estes países beneficiaria também a Turquia a nível económico (Danforth, 2008).

Laçiner (2009) considera que podemos definir o özalismo como a fusão do liberalismo, turquismo, islamismo e otomanismo. Desta forma, no que diz respeito à política externa, este özalismo liberal, moderado em termos religiosos, nacionalista e com políticas voltadas para a economia deu origem ao Neo-Otomanismo. Neste sentido o Islão, considerado parte da identidade turca, foi utilizado de forma a captar a empatia da população em torno do seu líder (Helvacioğlu, 1996 *apud* Gulmez et al., 2023).

Não obstante, Laçiner (2009) reconhece que a formação do Neo-Otomanismo e a sua aplicação na política externa turca não se deve apenas às convicções de Özal, já que resulta também das profundas mudanças operadas na estrutura social e económica do país.

Importa agora realçar o emprego do Neo-Otomanismo neste período. De facto, este conceito foi também usado durante a presidência de Özal. Este termo traduzia-se, assim, na conceção do antigo presidente de uma Turquia mais “inclusiva e multicultural” (Danforth, 2008: 90), uma vez que perspectivava os Otomanos como um modelo, na integração tanto da identidade islâmica como da curda

na política da Turquia. No entanto, é pertinente para a presente dissertação abordar as diferentes perspectivas em relação a este termo. Como revela Danforth (2008), este novo conceito que caracteriza o comportamento da Turquia nas relações com os países da sua região - o Neo-Otomanismo - é interpretado, no geral, de maneira positiva por escritores turcos, em oposição à interpretação dos escritores da região na qual a Turquia se situa. A percepção destes últimos está intimamente ligada ao controlo imperial otomano, ao contrário do argumento anteriormente mencionado, baseado no entendimento e convivência harmoniosa entre as diferentes culturas e identidades (Danforth, 2008). Laçiner (2009) sublinha que, apesar de a Turquia não ser um Estado muçulmano, a maior parte da população assume-se como muçulmana e mantém vínculos identitários muçulmanos. Não obstante, Ataman (2002) argumenta que a dicotomia entre o Ocidente e o Oriente continua muito presente na Turquia. Com efeito, a Turquia - outrora o centro do Império Otomano - continua a ser influenciada pelo seu passado imperial, tanto nas suas experiências históricas, como na identidade turca e na tomada de decisão.

Ataman (2002) sublinha que o que estabelece maioritariamente a direcção e a formulação da política externa são os líderes e a identidade do Estado por eles definida. Este argumento corresponde à concepção do papel do Estado, uma vez que está nas mãos dos decisores políticos decidir a posição de determinado país no sistema internacional (Wish *apud* Silva e Labriola, 2019). Neste sentido, tanto Atatürk como Özal construíram e adaptaram as suas políticas em função das ameaças com que o país se ia deparando, espelhando, assim, uma clara adaptação do papel.

Com Özal, o empenho na ocidentalização diminuiu, ao contrário do que aconteceu com Atatürk. Com efeito, Özal é conhecido como o iniciador da política externa face aos países da Ásia Central e Médio Oriente (Sharipov, 2020). Assim, o antigo presidente tentou resolver o problema curdo e diversificar as alianças económicas de forma a diminuir a dependência da Turquia face ao Ocidente (Ataman, 2002). Fazem, ainda, parte dos esforços de Özal a utilização da *Turkish Airlines* como instrumento de *soft power* ao serviço da Turquia, desde os anos 80 (Muter, 2018).

A partir do início dos anos 90 assistiu-se a um crescimento da importância de novas organizações governamentais para além do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A independência das repúblicas turcas e os progressos nos Balcãs e Mar Negro, proporcionaram a criação da TIKA - Agência Turca de Cooperação e Coordenação - em 1992, uma agência independente mas que pertence ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (Purtaş *apud* Muter, 2018). Estes esforços representaram, assim, uma clara adaptação do papel face ao novo cenário na região. Com a criação deste organismo, sob governo de Özal, a Turquia começou por utilizar a TIKA para fazer a coordenação da política externa e promover

actividades, incluindo formação, exercícios e seminários, de forma a capacitar recursos humanos e a desenvolver infraestruturas (Akillı e Çelenk, 2019). A orientação das actividades da TİKA processou-se em dois períodos: de 1992 a 2002 e de 2002 a 2011. No primeiro, esta agência concentrou-se em fornecer apoio aos países resultantes do colapso da antiga União Soviética, operando projectos de ajuda ao seu desenvolvimento, nomeadamente nas regiões do Cáucaso e Ásia Central, uma vez que estes tinham adquirido a sua independência recentemente. O segundo período, por se tratar de um intervalo de tempo sob o governo de Erdoğan, será analisado no próximo capítulo. Por fim, salientamos também o *Great Student Project*, lançado por Özal em 1992, que pretendia estimular as relações culturais e educativas da Turquia com a sua região, atribuindo bolsas de estudo na Turquia (Sharipov, 2020). Este projecto terminou em 2012, tendo-lhe sucedido o programa de bolsas de estudo dirigido pela Presidência para os Turcos no Estrangeiro e Comunidades Relacionadas (YTB) (Ibid). Este programa, à semelhança do anterior, será abordado no próximo capítulo.

Conclusão parcial

No capítulo que aqui finda analisámos a evolução do contexto político na Turquia e as duas principais concepções do papel da Turquia antes de Erdoğan, nomeadamente com Atatürk e Özal, e o seu *soft power*. Com a mudança de líderes surgem novas concepções do papel, acompanhadas de alterações de objectivos e prioridades que, por sua vez, influenciam a política externa, reflectindo-se em desempenhos do papel distintos.

Como vimos, Atatürk direccionou a política externa turca para o Ocidente. Assim, o líder implementou medidas de aproximação face ao Ocidente a nível cultural e político, com o intuito de estabelecer uma nova identidade da Turquia que, no seu entendimento, evitaria uma possível futura interferência no país e traria o reconhecimento da soberania do Estado turco, uma vez que a sua prioridade continuava a ser garantir a integridade da Turquia. O Kemalismo assenta em seis pilares basilares: o “republicanismo”, “populismo”, “nacionalismo”, “reformismo”, “estatismo” e “secularismo”. Apesar dos esforços de formulação de uma nova concepção do papel da Turquia a fim de promover uma aproximação ao Ocidente, estes não se traduziram em mudanças efectivas na imagem e percepção dos ocidentais face aos turcos. De facto, percebemos que estas reformas não só exacerbaram as divisões da sociedade turca, prolongando-se na actualidade, como estiveram na origem da questão curda com o estabelecimento, por parte do governo kemalista, da etnia turca como identidade principal do Estado turco.

Ao analisarmos o governo de Özal, verificámos uma mudança do isolacionismo de Atatürk para uma política externa mais activa, procurando diversificar o conjunto de alianças do país, concentrando, contudo, as suas políticas mais a Oriente. Esta redefinição da concepção do papel e objectivos da Turquia justificava-se uma vez que a melhoria das relações com o mundo turco era uma das prioridades do seu governo, assim como a consolidação do país como potência regional. Neste seguimento, Özal buscou uma nova identidade política, abandonando alguns dos pilares do Kemalismo, nomeadamente o “estatismo” e o “populismo”. Além disso, Özal redefiniu o teor do “secularismo”, do “nacionalismo”, do “reformismo” e do “republicanismo”, enfraquecendo, desta forma, a influência Kemalista. Como parte dos esforços de Özal, realçámos a criação da Organização de Cooperação Económica do Mar Negro, a inclusão da *Turkish Airlines* na diplomacia pública turca, o crescimento de novas organizações governamentais como a TIKA e, ainda, o *Great Student Project*. Estes empreendimentos atestam o compromisso do antigo presidente em diversificar alianças com a Turquia, assim como a utilização de ferramentas de *soft power* já no seu governo.

Por fim, salientámos o enfoque do governo de Özal na herança Otomana e nas relações com os vizinhos. Por se tratar de um conceito fundamental na governação de Erdoğan, o Neo-Otomanismo explorado por Özal serve, assim, de mote para introduzir o próximo capítulo, onde analisaremos os contornos do *soft power* turco sob Erdoğan.

4. A Evolução do *Soft Power* na era Erdoğan

Neste capítulo abordaremos os contornos e evolução do *soft power* turco, a partir do momento em que o partido de Erdoğan ascendeu ao poder (2002), assim como as respectivas mudanças e adaptações do papel decorrentes das transformações domésticas e internacionais que ocorreram na época. Para o efeito, considerámos pertinente dividir o capítulo em duas partes: a ascensão e consolidação de Erdoğan e do AKP no poder e a nova era da Turquia, o ponto de viragem. Recorremos ao *IfG-Monocle Soft Power Index* e ao *Soft Power Index 30* com vista a uma análise mais eficaz do *soft power* turco neste período.

4.1 A ascensão e consolidação de Erdoğan e do AKP no poder

O conceito de *soft power* começou a ser incluído na formulação da política externa turca em meados da década de 2000, estimulado pelo contexto doméstico e externo. Por outras palavras, tanto a situação interna como a externa conduziram à adaptação do papel da Turquia.

De forma a entendermos o contexto turco na era Erdoğan, importa recuarmos um pouco no tempo para analisarmos a conjuntura doméstica e externa do país, que proporcionou a ascensão do líder turco. A partir dos anos 90 deu-se um reposicionamento do eleitorado e um apoio crescente, por parte dos turcos, em relação à necessidade de o país ter um líder forte a desempenhar o papel outrora delegado pelo parlamento (World Values Survey, 1991-2020 *apud* Yeşilada, 2023). Efectivamente, Erdoğan personifica essa figura do líder carismático que defende valores conservadores. O apoio do público turco a um líder forte é anterior à emergência de Erdoğan, pese embora tenha sido posteriormente fortalecido. A crise económica (de 2000 a 2001), imediatamente antes da ascensão do AKP ao poder, veio fragilizar os ideais democráticos na Turquia ao intensificar o apoio a um líder forte (Schafer, 2022). Este é o entendimento de Inglehart e Welzel face ao que apelidam “valores de sobrevivência”. No caso descrito da Turquia, perante a crise, a preocupação económica levou a que os turcos delegassem os seus direitos políticos ao tal líder forte, uma vez que as suas inquietudes não residiam em questões políticas, mas sim em questões económicas e de sobrevivência. Uma sociedade que vê a sua segurança ameaçada é, então, mais propensa a sistemas políticos autoritários (Yeşilada, 2023).

Por outro lado, os “valores de sobrevivência”, além de se aplicarem à segurança económica, também se aplicam à sobrevivência física. Efectivamente, desde o início do século XXI que a política internacional no Médio Oriente e no Norte de África tem sido alvo de constantes mudanças. Estas

transformações revelaram-se intensas, súbitas e constantes, em especial após a Segunda Guerra do Golfo e, com maior impacto para a Turquia, como foram as revoltas árabes de 2011 (Guida e Göksel, 2018). Assim, entende-se que tanto as preocupações de natureza económica como de segurança contribuíram para a adaptação do papel da Turquia, de forma a responder às exigências domésticas e internacionais. Desta forma, ambas as dinâmicas deram origem a uma nova conceção do papel da Turquia.

À luz deste cenário doméstico e externo, Erdoğan era percebido como uma figura benéfica para a segurança económica do país (Yeşilada, 2023). A nível doméstico, a crise económica (2000-2001) constituiu um ponto de viragem ao acelerar o processo de reformas tanto a nível económico como democrático com vista à possível adesão da Turquia à UE (Onis, 2003). De facto, a maioria dos turcos apoiava esta adesão, na esperança de uma saída eficaz para a crise económica em que o país se encontrava (Ibid.). As reformas operadas pela Turquia na década de 2000, em consequência do seu processo de candidatura à UE, vieram alavancar o *soft power* turco ao compreenderem a melhoria do Estado de direito, das liberdades religiosas, e da transparência do governo (Çevik, 2019). Deste modo, a orientação da política externa turca pró-União Europeia fortaleceu a imagem de que a prioridade do governo deveria concentrar-se na reforma económica e na política externa, ao invés de privilegiar o ressurgimento islâmico (Kirdiş, 2016).

Estas mudanças espelham uma adaptação do papel da Turquia face às expectativas internacionais, neste caso da UE. Além disso, elas atestam a capacidade de as reformas democráticas gerarem *soft power*, algo que aumentou consideravelmente desde que o AKP ascendeu ao poder em 2002, tornando-se uma das prioridades do partido no que concerne à política externa (Yenokyan, 2023). Por sua vez, a nível internacional, o 11 de setembro de 2001 veio reforçar a importância da Turquia para o Ocidente, sobretudo ao nível da segurança.

Desde o primeiro mandato, a partir de 2002, o partido de Erdoğan (AKP) tomou novas decisões de reforma em relação à questão curda, que passavam por conferir mais direitos às minorias, assim como operar um desarmamento gradual dos rebeldes do PKK. Esta tentativa inicial de inclusão dos curdos pode ser vista como uma estratégia do partido para atrair os eleitores mais conservadores de origem curda (Institute for Security and Development Policy, 2016)

Por outro lado, a expectativa da adesão à UE permitiria à Turquia desenvolver simultaneamente uma relação mais equilibrada com os EUA e desempenhar um papel mais comedido e construtivo a nível regional. Em suma, as mudanças domésticas e externas, neste período, contribuíram para a transição de um papel coercivo para um de potência regional potencialmente benigna e construtiva (Onis, 2003).

O objectivo de adesão à UE reflectiu-se também nas políticas do governo relativamente à diplomacia cultural, que sentiu a necessidade de melhorar a percepção da opinião pública da UE face à Turquia. Neste sentido, verificou-se um reforço da diplomacia pública turca, sobretudo na esfera cultural, na UE, visível, entre outros, ao nível das exposições de arte e sessões de cinema (Muter, 2018).

Neste contexto, foi criada a Fundação Yunus Emre, em 2007, tendo sido a primeira instituição oficial ao nível da diplomacia cultural turca. Esta tem como objectivo divulgar a cultura, a história e a língua turcas, bem como proporcionar o intercâmbio científico entre a Turquia e outros Estados. Apesar de, antes desta, existirem outras instituições com o objectivo de desenvolver laços com o estrangeiro, a Fundação Yunus Emre foi a primeira organização do Estado a fazê-lo de forma constante, tanto doméstica como internacionalmente. O elemento mais importante desta organização é o Yunus Emre Institute (YEE), criado com o intuito de permitir o intercâmbio cultural entre cidadãos turcos e cidadãos estrangeiros (Çevik, 2019). Nas regiões dos Balcãs e do Médio Oriente verifica-se uma presença significativa destes institutos, o que atesta o desejo da Turquia em promover a sua cultura e laços culturais nestas regiões (Donelli, 2019). Akıllı (2018) salienta o contributo do YEE na criação de uma imagem positiva da Turquia a nível internacional. Na prática, este instituto é um dos maiores instrumentos de diplomacia cultural turca, *nation branding* e elemento de prestígio da Turquia no estrangeiro (Szyszlak, 2021).

Através da Fundação Yunus Emre, a Turquia também tem procurado estabelecer melhores relações com a sua diáspora, reconhecendo a sua importância política. Como resultado desse reconhecimento, foi criada a YTB - Presidência para os Turcos no Estrangeiro e Comunidades Relacionadas - agência da diáspora turca que fomenta iniciativas de envolvimento destas comunidades (Çevik, 2019; Presidência dos Turcos no Exterior e Comunidades Relacionadas, s/d). A YTB foi criada quer para monitorizar iniciativas que envolvem turcos a viver no estrangeiro, quer para incrementar os laços sociais, culturais e económicos no seio das comunidades turcas. Tais iniciativas visam promover o diálogo e fomentar uma imagem positiva da Turquia ao nível da sua história e cultura. Além disso, a YTB também criou programas de bolsas - as Türkiye Bursları². Todas estas iniciativas têm ajudado a Turquia a melhorar a sua capacidade de influenciar as audiências externas, desconstruindo estereótipos e preconceitos sobre o país e a sociedade (Donelli, 2019).

Ainda no primeiro e segundo mandatos de Erdoğan, além do YEE, passou a haver uma maior aposta noutras instituições enquanto ferramentas de *soft power* (Szyszlak, 2021). É o caso da TİKA, que introduzimos no capítulo anterior. Em 2011, a TİKA passou por uma reestruturação, com vista a melhorar

² As Türkiye Bursları, também denominadas Türkiye Scholarships, são bolsas de estudo financiadas pelo governo turco e destinadas a estudantes e investigadores internacionais (Türkiye Scholarships, 2023).

a sua eficácia na cooperação e coordenação. A agência revelou particular interesse em intervir em áreas que outrora pertenciam ao antigo império otomano, o que se revela coerente com as visões de política externa do governo de Erdoğan que se focam na herança otomana e nas respectivas relações com os Balcãs, o Médio Oriente e a Ásia Central (Akıllı e Çelenk, 2019). O número de projectos da TİKA praticamente quadruplicou em 2011, em comparação com o ano de 2002, o que comprova os esforços feitos pelo AKP em promover uma imagem positiva da Turquia. Além disso, também o orçamento destinado às iniciativas desta agência aumentou exponencialmente desde 2002, ano em que o AKP ascendeu ao poder. De facto, durante o período de 2003 a 2013 o investimento feito foi cinco vezes maior comparativamente ao período de 1992 a 2002 (Akıllı e Çelenk, 2019). Assim, os investimentos na ordem dos 85 milhões de dólares em 2002, aumentaram para mais de mil milhões de dólares em 2011 (Turkish Development Assistance Report 2018, 2019). Esta evolução não se cingiu apenas ao investimento feito, mas também ao número de escritórios abertos da TİKA e ao número de países aos quais a ajuda externa turca chegou. Efectivamente, a agência que em 2002 possuía 12 escritórios, passou a dispor de 25 em 2011 (Akıllı e Çelenk, 2019). Por sua vez, o número de países alvo do apoio da TİKA ultrapassou os 100 em 2011 (TİKA *apud* Akıllı e Çelenk, 2019).

Embora a Turquia tenha passado por dificuldades - nomeadamente com as crises económicas dos anos 90 e entre 2000 e 2001 - o crescimento da economia, a estabilidade e o processo de democratização a partir desta década permitiu ao país atrair a atenção de diversos actores (Ayhan, 2018). Efectivamente, a crise de 2000-2001 incentivou à realização de reformas nas instituições políticas e económicas, que levaram à recuperação entre 2002 a 2007. Esta foi incentivada por dois pilares essenciais: a implementação bem-sucedida das reformas apoiadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e a abertura das negociações para a adesão à UE. Contudo, este período bem-sucedido de reformas económicas, políticas económicas prudentes, redução da dívida pública e crescimento do produto interno bruto conheceria desenvolvimentos menos positivos a partir das eleições de 2007 (Macovei, 2009)

O AKP tentou construir uma imagem credível da Turquia, convencendo os outros actores de que o país continuava a ser uma democracia. Por outro lado, a política externa, mais orientada para a esfera económica do que de segurança, desempenhou um papel activo em *fora* importantes de cariz económico e político e acordos de cooperação multilaterais e regionais, o que permitiu o reforço da imagem da Turquia como potência média. Esta proactividade do *soft power* turco confirma a conceção do papel de Erdoğan em alargar a área de influência da Turquia, tanto na esfera regional como internacional. Assim, a Turquia passaria a assumir cumulativamente diversos papéis: “líder regional”, “protector” e “mediador” (Gürzel, 2014).

Quando ascendeu ao poder, o partido de Erdoğan era constituído por membros com diversas ideologias mas que convergiam no descontentamento face aos partidos seculares e às suas políticas austeras. Pairava, contudo, a desconfiança de que estas fossem apenas promessas, tirando proveito da má situação política e económica que o país atravessava, em consequência da crise económica de 2001 (Yeşilada, 2023). A imagem de partido reformador e pró-UE permitiu que o AKP ganhasse eleitorado, quer por parte dos mais conservadores, quer dos que não se identificavam como religiosos embora fossem mais liberais. Tal aconteceu uma vez que ambos se viram representados pelo partido: para os liberais as reformas democráticas na tentativa da adesão à UE, e para os conservadores, a salvaguarda dos seus direitos religiosos (Kirdiş, 2016). Assim, o partido conseguiu adaptar o seu papel às expectativas do público doméstico.

Efectivamente, durante o primeiro mandato do AKP - de 2002 a 2007 - desenvolveram-se esforços com vista à possível adesão da Turquia à UE, o que culminou numa abertura às negociações de Ancara com Bruxelas em 2005. Estas acções conseguiram convencer o eleitorado mais cético de que o partido se apresentava como moderado em termos religiosos (Kirdiş, 2016). O país produziu políticas para o Médio Oriente respeitadoras do *status quo* da região, ao não intervir militarmente nos conflitos regionais. Em vez disso, a Turquia optou por recorrer ao seu *soft power* para tentar dirimir eventuais conflitos na região, tais como entre a Síria e Israel. Desta forma, os decisores de política externa turcos conseguiram, principalmente no primeiro mandato do AKP, conjugar os interesses da Turquia no Médio Oriente com a orientação das suas políticas para o Ocidente (Özpek e Demirağ, 2014).

Apesar de Erdoğan reiterar continuamente que a religião não se deveria misturar com a política, na prática, a situação seria diferente. Erdoğan esforçara-se em afastar, aos poucos, os seus opositores dentro do partido, bem como em desfazer as reformas anteriores com recurso a emendas na constituição, favorecimento e corrupção para consolidar o seu poder. Aquando da criação do AKP houve um grande cuidado em camuflar as referências à religião, muitas vezes sob o pretexto da defesa dos direitos políticos e civis. Além disso, o AKP também se mostrou favorável à UE, menos nacionalista e islâmico do que os partidos anteriores. Após a sua segunda eleição, em 2007, a maioria das reformas concebidas para alcançar o objectivo da adesão à UE foram desfeitas, com vista à criação gradual de um regime autoritário centrado na pessoa de Erdoğan (Yeşilada, 2023). Deste modo, a reviravolta nas reformas fez abrandar o processo de adesão, o que se fez sentir na política externa turca (Kirdiş, 2016).

Por conseguinte, durante o segundo mandato (2007-2011), o partido passou por um período ímpar em que no campo doméstico via o seu eleitorado crescer, governando, assim, sem coligações. Contudo, decorria, ao mesmo tempo, um processo para o encerramento do AKP no tribunal

constitucional turco, sendo que no plano externo a desaceleração das negociações com vista à adesão da Turquia à UE eram notórias (Kirdiş, 2016).

Nas eleições de 2007, a questão curda e o Islão político foram temas centrais. No ano anterior às eleições, 2006, a televisão pública - a Rádio e Televisão Turca (TRT) - havia inaugurado um canal em curdo - o *TRT Kurdî*. Não obstante a melhoria da qualidade tanto da *TRT World* como da *TRT Kurdî*, estes canais não conseguiram competir com outros do mesmo género, como a *Al Jazeera*. Tal facto dificultou a disseminação da narrativa/modelo da Turquia a outras sociedades (Guida e Göksel, 2018). Apesar disso, a criação do canal curdo atesta um esforço, por parte do AKP, em acolher e disseminar a identidade curda no estrangeiro.

Com efeito, no segundo mandato do AKP, em 2007, Erdoğan anunciou resoluções para atender a algumas demandas curdas, nomeadamente com vista a trazer de volta à Turquia membros do PKK vindos tanto do Iraque, como de várias bases na Europa. Apesar de tais tentativas de adaptação do papel face às expectativas dos curdos parecerem representar um ponto de viragem na questão curda, a mesma produziu apenas uma perceção de vitória por parte dos curdos, que levou à prisão de alguns membros do PKK e ao regresso de outros ao Iraque.

Ainda nos seus esforços para apaziguar a questão curda, Erdoğan aboliu a necessidade de vistos por parte dos sírios que viajassem para a Turquia, e vice-versa. No entanto, com a Primavera Árabe na Síria, surgiu um novo perigo, uma vez que a medida facilitava a entrada de sírios na Turquia. Este facto iria, assim, impactar a dinâmica das relações entre a Turquia e a Síria. Mais tarde, em 2010, as propostas de reforma que o AKP apresentou no parlamento turco não referiam os curdos (Bengio, 2011), atestando o declínio das políticas que envolvem esta minoria, não sem impacto no *soft power* turco. De facto, o problema curdo também afectou as relações entre a UE e a Turquia, sobretudo no respeitante aos direitos humanos no país, representando este um dos maiores obstáculos à adesão da Turquia à UE. Por sua vez, a UE mostrava-se preocupada quanto ao facto de o PKK ter formado redes em alguns países da União. Em 2002, o PKK foi considerado, pela UE, uma organização terrorista, no seguimento do 11 de setembro de 2001. Por conseguinte, esta conjuntura veio comprometer as perceções da Turquia por parte de alguns países da UE, e vice-versa. Assim, a questão curda, que anteriormente era tida pela Turquia como uma questão de segurança doméstica, transformou-se numa das principais preocupações do país, tanto a nível doméstico como internacional (Bengio, 2011).

No que concerne ao Islão político, o ano de 2007 foi também marcado pelas acusações do Estado-Maior do exército turco a Erdoğan, de este seguir uma agenda islâmica camuflada (Polat, 2009). No início do segundo mandato do AKP, deu-se uma redefinição da identidade turca na política externa

do país - adaptação do papel - com um distanciamento face à postura passiva da Turquia e ao restabelecimento de relações dinâmicas e amplas com os seus vizinhos (Kirdiş, 2016). Neste seguimento, foi introduzido por Davutoğlu (2001) o conceito de “profundidade estratégica” que tem por foco a posição geográfica da Turquia. Assim, este realça a história turca, nomeadamente o seu passado otomano e as relações culturais com as regiões dos Balcãs, Médio Oriente e Ásia Central (Rabasa & Larrabee, 2008 *apud* Yenokyan, 2023). Além desta doutrina, o *soft power* turco da época também incluiu a política “zero problemas com os vizinhos” que procurava resolver os atritos com países próximos, melhorando as relações com os mesmos (Yenokyan, 2023). Estas políticas permitiram, por exemplo, desenvolver relações de amizade com a Grécia, apesar da questão do Chipre (Guida, 2018).

Esta reorientação da política externa turca representou também uma adaptação do papel face às expectativas do público doméstico. De facto, os turcos entendiam que a Turquia acomodava de forma passiva as demandas das potências - em particular, das potências ocidentais - mesmo que estas divergissem dos interesses turcos. Assim, ao reorientar a política externa, o AKP conseguiu conquistar apoio por parte de diferentes orientações políticas movidas pelos sentimentos nacionalistas (Kirdiş, 2016).

Apesar da política de “zero problemas com os vizinhos”, a disputa com o Chipre foi e continua a ser um grande obstáculo à adesão da Turquia à UE (Euronews, 2023). Em 1960 o Chipre conquistou a sua independência face ao Reino Unido sob uma constituição baseada na partilha de poderes entre cipriotas gregos e turcos, sendo que o Reino Unido pode intervir na ilha juntamente com a Turquia e a Grécia. O Chipre encontra-se dividido desde 1974, aquando da invasão da Turquia ao norte da ilha, em resposta ao golpe militar que teve apoio do governo grego. A ilha foi assim dividida: um terço a norte que está sob governo turco-cipriota e dois terços a sul governados por um governo greco-cipriota reconhecido internacionalmente (BBC, 2023).

Em 2003 deu-se um acontecimento importante na história deste conflito quando os cipriotas turcos e gregos atravessaram a linha que divide a ilha - linha verde - como consequência do alívio das restrições fronteiriças por parte das autoridades cipriotas turcas. Por sua vez, em 2004 o Chipre tornou-se membro da UE mas como uma ilha dividida (BBC, 2023). Quando ascendeu ao poder em 2002, o AKP defendeu uma solução confederal para a questão do Chipre ou seja, uma reunificação da ilha, o que representou uma grande mudança na política externa turca acompanhada por uma perceção positiva na UE face à Turquia (Özertem, 2021). Esta postura está em consonância com o comportamento mais moderado que o AKP adoptou aquando da sua subida ao poder, uma vez que o apoio a uma

confederação no caso do Chipre pressupõe um esforço de conciliação. Por outro lado, a defesa de uma solução confederal pressupõe a preservação da autonomia do Estado.

Contudo, depois de vários anos de negociações, a Turquia decidiu voltar à sua postura inicial face ao Chipre. Özertem (2021) entende que esta mudança de posição da Turquia é resultado de uma multiplicidade de factores, incluindo as negociações de décadas, que diminuíram a capacidade transformadora da UE na Turquia e a mudança nos equilíbrios de poder na região em que o país se insere. Além destes, acresce ainda as baixas perspectivas de uma adesão da Turquia à UE e a descoberta de hidrocarbonetos próximos da ilha. A questão do Chipre continua a ser um tema melindroso nas relações Turquia - UE. Esta problemática intensificou-se após a adesão do Chipre à UE, uma vez que a questão do Chipre passou a fazer parte da agenda interna da UE. Além disso, com a adesão à UE, os cipriotas gregos ganharam influência nas decisões da União devido ao poder de veto, o que tornou ainda mais complicada a relação Turquia - UE. Com esta conjuntura, as políticas pró-UE começaram a afastar-se gradualmente das prioridades do AKP (Özertem, 2021).

Por outro lado, a partir de 2011, as revoltas árabes originaram preocupações com a segurança ainda maiores na política externa dos Estados, uma vez que estas dinâmicas incitaram à escalada de tensões entre a Turquia e outros Estados, nomeadamente Israel, Grécia, Chipre e Egito. Por sua vez, a Turquia passou a fazer uso do seu *hard power* na região em busca de maior segurança, principalmente na segunda metade da década de 2010 (Özertem, 2021).

Face ao exposto, considera-se então que a “era de ouro” da diplomacia pública turca ocorreu entre 2007 e 2013. Nos anos seguintes, a sua capacidade diplomática diminuiu de forma radical, consequência da instabilidade política interna e do sucessivo isolamento internacional da Turquia. Por conseguinte, o *soft power* turco viria a conhecer um período de declínio como analisaremos de seguida.

4.2. A nova era da Turquia - o ponto de viragem

De 2010 a 2016 o *soft power* turco sofreu um declínio significativo em virtude dos acontecimentos domésticos e internacionais. Na esfera doméstica, verificou-se a centralização do poder, o declínio dos valores democráticos e o ressurgimento do conflito curdo. Por sua vez, na esfera internacional, a Turquia manifestava dificuldade em concretizar os seus objectivos, ao mesmo tempo em que prosseguia a islamização da política (Szyszlak, 2021).

Para melhor analisarmos a evolução do *soft power* turco, recorreremos ao *The Soft Power 30*, bem como ao *IFG Monocle* que nos permitem ter uma visão mais homogénea das perceções do público

externo face à Turquia. Assim, o *IfG-Monocle 2010 index* posicionou a Turquia no 25º lugar, em 2010, em matéria de *soft power*. O relatório destacou a alteração da dependência da Turquia face ao *hard power* para uma abordagem mais voltada para o *soft power* no domínio internacional. No plano doméstico são sublinhadas as reformas decorrentes da candidatura do país à UE. Por sua vez, a nível internacional, o relatório salienta que a evolução da política externa turca procurou servir três objectivos: reforçar as relações com os países vizinhos, maximizar a sua posição geográfica privilegiada entre o Oriente e o Ocidente, e instrumentalizar o saudosismo otomano na condução da política externa. Nesta altura, o principal objectivo da Turquia em matéria de política externa consistia em afirmar-se enquanto líder regional, ou até global, através do *soft power* (Ibid).

Um acontecimento impactante no *soft power* turco foi a distinção do então presidente Abdullah Gül através do prémio *Chatham House 2010* pelo seu papel como impulsionador das reformas com vista à adesão da Turquia à UE. Além destas, o antigo presidente foi também distinguido pela sua dedicação em trazer estabilidade e prosperidade à região da qual a Turquia faz geograficamente parte (Turkish Forum, 2010).

No final de 2010, os países árabes foram palco de transformações políticas únicas e radicais, conhecidas por Primaveras Árabes. Em virtude da sua posição geográfica e crescente relevância na região, a Turquia foi igualmente influente nestes acontecimentos, assim como bastante influenciada por eles. Desta forma, as Primaveras Árabes constituíram um obstáculo para a política externa turca, uma vez que esta se apoiava nos princípios de “zero problemas” com os vizinhos, de justiça, liberdade e não-interferência nos assuntos domésticos do país. Por este motivo, a má gestão desta questão poderia motivar a perda de credibilidade da Turquia (Khalifa, 2017).

Em 2011, segundo o *IfG-Monocle index*, a Turquia passou do 25º lugar para o 23º, mantendo a postura descrita no ano anterior. Destacam-se novamente as mudanças para consolidar a sua democracia, a política externa baseada nos três pilares enumerados acima e as ambições em afirmar-se como potência regional e global, através do uso do *soft power*. O relatório de 2011 menciona também a Agência de Diplomacia Pública turca, na sequência do crescimento da rede diplomática da Turquia. Criada em 2008, esta agência é um mecanismo que visa melhorar as bases do *soft power* turco, nomeadamente as instituições públicas e a política externa (*IfG-Monocle index, s/d*).

De facto, a ajuda externa, assim como a ajuda humanitária e ao desenvolvimento é, por natureza, um componente essencial do *soft power* turco (Çevik, 2019). Esta representa um esforço para minimizar os efeitos negativos do declínio dos valores políticos, compensando-os com o desenvolvimento de ferramentas culturais e humanitárias. Como analisámos anteriormente, dos mais de mil milhões de

dólares em investimentos na TIKa em 2011, o apoio governamental a esta agência foi aumentando ao longo dos anos, atingindo mais de oito mil milhões de dólares em 2020 (*Turkish Development Assistance Report* 2018-2021). Por sua vez, também se registou uma evolução no número de escritórios da TIKa (de 25 escritórios em 2011 para 62 em 2020) e no número de países aos quais a ajuda externa turca chegou (em 2011 a ajuda turca foi alargada a mais de 100 países, aumentando para cerca de 170 em 2020). Os projectos e actividades realizadas por esta agência permitem que a Turquia seja percecionada de forma mais positiva, contribuindo, por sua vez, para o aumento do *soft power* turco (Akilli e Çelenk, 2019). Assim, podemos inferir que a TIKa foi fortalecida, assumindo um papel mais dinâmico a partir de 2002. Apesar das dificuldades, tanto a nível internacional como a nível doméstico, a Turquia continuou a reunir esforços para contribuir na ajuda a outros Estados, sendo um dos países mais generosos do mundo (Akilli e Çelenk, 2019).

Quando as Primaveras Árabes despoletaram no Médio Oriente em 2011, as percepções dos líderes turcos face a estes acontecimentos foram maioritariamente positivas, uma vez que a Turquia apoiava todas as mudanças com origem popular na região. Contudo, a Primavera Árabe na Síria começou a ter implicações na Turquia, através do surgimento do Estado Islâmico na Síria e no Iraque, e do reaparecimento do PKK, realçando os problemas antigos da política externa turca no Médio Oriente, nomeadamente a questão curda e a orientação sunita da Turquia. Por conseguinte, estes obstáculos motivaram a perda do papel mediador da Turquia na região (İşiksal, 2018). Assim, os desenvolvimentos das Primaveras Árabes fomentaram o fim das políticas de “zero problemas com os vizinhos” (Muter, 2018), constituindo uma adaptação do papel da Turquia face à conjuntura vivida na região.

No terceiro mandato do AKP - de 2011 a 2015 - o papel da identidade revelar-se-ia cada vez mais proeminente (Kirdiş, 2016). Em concreto, Erdoğan enfatizaria ao nível da política externa os valores, as tradições, a história e a geografia turca, enquanto modelo para os países muçulmanos (Yanık, 2012). Contudo, esta construção identitária acentuou as polarizações latentes na sociedade turca (Kirdiş, 2016). Neste mandato, e em especial depois dos protestos de Gezi, em 2013, presenciou-se uma crescente debilidade do *soft power* turco. Efectivamente, o aumento da polarização ideológica no país afectou de forma negativa tanto a estabilidade como a imagem da Turquia desde 2013.

Por sua vez, o quarto mandato - de 2015 a 2018 - foi muito conturbado, destacando-se a tentativa de golpe de Estado a 15 de outubro de 2016, o que provocou uma mudança na conceção do papel de Erdoğan e, consequentemente, no desempenho da sua política externa, que se tornaria mais nacionalista com o objectivo de se proteger de ameaças externas. Esta postura traduziu-se, entre outros

aspectos, num maior ceticismo com críticas ao Ocidente e na criação de uma narrativa de que este era o inimigo externo da Turquia (Kirdiş, 2016).

De acordo com *The Portland Soft Power Index 30*, a Turquia encontrava-se no 28º lugar em 2015, sendo que em 2016 não conseguiu fazer parte dos 30 países com melhor capacidade de *soft power*, classificando-se na 32ª posição dada a instabilidade doméstica e internacional. Na prática, a Turquia tornava-se gradualmente num regime autoritário, reprimindo os críticos e afastando os opositores, situação que atraiu a atenção do público internacional (Institute for Security and Development Policy, 2016).

Além disso, a 15 de julho de 2016, a tentativa de golpe de Estado com vista a derrubar o governo de Erdogan, falhou, pese embora as suas repercussões continuassem latentes. Erdogan e o seu governo atribuíram a culpa deste golpe a Fethullah Gülen, antigo aliado do presidente, que vive exilado desde 1999 por planear uma tentativa de golpe (Al Jazeera, 2022). A tentativa de golpe de Estado despoletou mudanças profundas a nível político, económico e social no plano doméstico da Turquia e, consequentemente, a nível internacional. Por outras palavras, ela impactou tanto a conceção do papel, como o desempenho do papel da Turquia de Erdoğan.

Desde logo, a tentativa de golpe teve como principal consequência a reforma constitucional. Aprovada por referendo com 51% dos votos, ela teve como objectivo reforçar os poderes de Erdoğan, permitindo-lhe desatender o parlamento e limitar direitos e liberdades, assim como a demissão de milhares de juizes e funcionários públicos (Euronews, 2017; Al Jazeera, 2016). Estas restrições às liberdades também incluíram os *media*, tendo as autoridades encerrado mais de uma centena de meios de comunicação, justificando-as com alegadas ligações terroristas, detido mais de 100 jornalistas e bloqueado o acesso à wikipédia. A onda de demissões não se ficou pelos *media*, abrangendo também as forças armadas com o encerramento de academias militares, e a demissão de milhares de oficiais do exército. Por outro lado, também se verificou o encerramento de organizações não-governamentais, escolas, universidades e sindicatos (Euronews, 2017).

Por conseguinte, o desempenho do papel por parte de Erdoğan teve como principal consequência o aumento das tensões face ao Ocidente, nomeadamente para com os EUA e a UE a respeito, fundamentalmente, dos Direitos Humanos e do Estado de Direito (Al Jazeera, 2016; Tol et al., 2016). Além disso, tanto a mudança constitucional, que concedeu mais poderes a Erdoğan, como as detenções, foram percecionadas pelos Estados democráticos como uma via para o autoritarismo, afectando a imagem da Turquia nestes países (Tol et al., 2016). Em consequência da deterioração dos laços com o Ocidente, Ancara procurou aprofundar as relações com potências não-Ocidentais, como

com a Rússia e a China, como atesta a assinatura do contrato de compra do sistema de defesa antimíssil à Rússia em 2017, que veio abalar as relações com a OTAN.

Durante estas duas décadas em que o AKP esteve no poder, surgiu o que muitos autores, nomeadamente Yilmaz e Bashirov (2018) e Akyol (2016), denominaram de Erdoğanismo. Para Akyol (2016), o Erdoğanismo diz respeito à ideologia do governo de Erdoğan que visa a substituição do Kemalismo. Com efeito, o Erdoğanismo refere-se a um regime político que tem por base quatro grandes pilares a saber, o autoritarismo eleitoral como modelo político; o neopatrimonialismo como modelo económico; o populismo como estratégia no âmbito político e o islamismo como ideologia política (Yilmaz e Bashirov, 2018).

O crescimento sucessivo do autoritarismo após os protestos de Gezi geraram uma dura condenação por parte do Ocidente, para além do consequente enfraquecimento do *soft power* turco (Kirişçi *apud* Muter, 2018). Face a tal conjuntura, sublinhemos a exigência do Parlamento Europeu em interromper as negociações da adesão da Turquia à União Europeia em virtude das ações repressivas do país, consideradas pelo órgão europeu como exageradas (Euronews, 2017).

O relatório *Soft Power Index 30* de 2016 realça a reputação da Turquia como “Ponte de ligação entre o Ocidente e o Oriente”. Segundo o mesmo, se por um lado o país é um ponto turístico de atracção, ele não deixa de estar na linha da frente da crise migratória, além de acusar dificuldade em gerir a questão curda. A liberdade de imprensa é apresentada como outro ponto fraco do *soft power* turco (The Soft Power Index 30, 2016). Efectivamente, a transmissão de protestos e confrontos da rua pelos *media* internacionais provocou um enfraquecimento da imagem da Turquia que começou a ser vista como um país instável e sem a capacidade de se alinhar com os valores democráticos da UE (Guida e Göksel, 2018). Como líder carismático, Erdoğan utiliza continuamente as plataformas de comunicação digitais para sensibilizar e atrair o público. Além das suas plataformas, Erdoğan e o seu partido contam ainda com o apoio de alguns *media*, nomeadamente a televisão e os jornais, para transmitir a sua narrativa (Özışık, 2021).

Apesar dos obstáculos, o índice de 2016 revelou que a Turquia foi o país com melhor classificação de *soft power* na sua região, afirmando-se como potência regional de *soft power*. Apesar dos sucessivos ataques terroristas que motivaram preocupações de segurança, a conjuntura não foi um factor completamente dissuasor para os turistas. Com efeito, a atracção pela cultura turca é incentivada pela popularidade das séries televisivas turcas, sendo estas as impulsionadoras do desenvolvimento do turismo no país. Inicialmente não havia, por parte do governo turco, iniciativas para a promoção das séries turcas. Contudo, face ao sucesso e poder de atracção das mesmas, este apoio surgiu de forma

natural e os conteúdos de televisão turcos passaram a ser incluídos na esfera da diplomacia cultural. Desta feita, os canais de televisão estatais dão particular atenção à produção de séries históricas, por meio das quais o público internacional desenvolve afeição pela herança otomana (Yenokyan, 2023).

As *Dizi* - dramas televisivos turcos - que foram transmitidas após o seu êxito no Médio Oriente, Balcãs, Cáucaso, América Latina, Europa Ocidental e Norte de África, atestam a melhoria da diplomacia pública turca. Este sucesso contribuiu para que a Turquia se tornasse o segundo maior produtor mundial de conteúdos de drama televisivo em 2014. O país mostrou que é possível combinar harmoniosamente os valores tradicionais islâmicos com o estilo de vida e problemas modernos, gerando influência através da alusão ao passado imperial otomano (Donelli, 2019).

O investimento na diplomacia cultural é uma estratégia suscetível de contrariar os impactos negativos e o declínio da reputação provocados por condutas políticas que não são bem recebidas pela opinião pública internacional. Neste caso, a diplomacia cultural permite atrair e envolver os indivíduos (Donelli, 2019).

Em 2017, a Turquia voltou a fazer parte dos 30 países com maior capacidade de *soft power*, posicionando-se na 30ª posição, segundo o *Soft Power Index 30*. O relatório de 2017 destacou como pontos fortes do *soft power* turco a ajuda do país ao desenvolvimento, o realojamento de refugiados e a sua participação em missões permanentes no quadro de organizações multilaterais. Além disso, é novamente elogiado o uso perspicaz de ferramentas de *soft power* sendo, à semelhança de 2016, destacada a *Turkish Airlines* pelo papel desempenhado na promoção da Turquia no estrangeiro (The Soft Power Index 30, 2017).

Donelli (2019) considera a *Turkish Airlines* a marca turca de maior destaque, símbolo da excelência dos serviços prestados e modernidade. A notoriedade da Turquia e da própria *Turkish Airlines* cresceu com os patrocínios tanto a grandes clubes - nomeadamente o Manchester United e o Barcelona FC - como a competições internacionais de vários desportos. Tal contribuiu para difundir uma imagem positiva da Turquia no estrangeiro (Donelli, 2019). Além disso, a *Turkish Airlines* também se revela um elemento importante de *soft power* turco pelo seu envolvimento em missões humanitárias, como o transporte de ajuda à Somália, reforçando a imagem da Turquia como um país solidário (Anaz, 2017). Por último, esta companhia aérea é igualmente relevante na facilitação do comércio e dos negócios, assumindo um papel importante na diplomacia económica da Turquia e fortalecendo as relações com outros países (Selçuk, 2012).

Por outro lado, o *Soft Power Index 30* de 2017 realça, como ponto fraco, as perceções internacionais negativas em relação à Turquia no seguimento do referendo que atribuiu mais poderes a

Erdoğan, e das limitações à imprensa decorrentes da tentativa de golpe de Estado (The Soft Power 30, 2017). Em 2018, a Turquia voltou a ficar fora dos 30 países com maior capacidade de *soft power* mundial, embora tendo reentrado no *ranking* no ano seguinte. Assim, em 2019 o país ascendeu ao 29º lugar, numa altura em que procurava melhorar economicamente após as dificuldades de 2018. A Turquia esteve em evidência graças à notável interação digital (nas redes sociais) dos seguidores de Erdoğan no estrangeiro. Além disso, a postura dinâmica tanto das embaixadas como dos ministérios turcos nas redes sociais e o crescimento contínuo da rede diplomática turca contribuíram para melhorar a pontuação do país neste ranking. Além disso, apesar das críticas internacionais relativamente às políticas turcas e de uma situação doméstica marcada pela concentração do poder e consequente diminuição das liberdades individuais, o relatório revela que este facto não fez diminuir o número de turistas estrangeiros no país. Contudo, a perda das câmaras mais importantes da Turquia por parte do AKP revela o descontentamento do público doméstico face ao governo. Por fim, o relatório aponta fragilidades nas perceções sentidas no estrangeiro face à política externa turca e à narrativa de Erdoğan (The Soft Power 30, 2019).

Em suma, a tentativa de golpe de Estado constituiu um ponto de viragem para o *soft power* turco, assinalando o retrocesso democrático, as tensões nas relações entre a Turquia e o Ocidente e o reforço de sentimentos pró-islâmicos e nacionalistas (Szyszlak, 2021). Por sua vez, a análise da evolução da sociedade turca na era Erdoğan demonstra uma tentativa de redefinição da identidade turca, que envolve uma busca de valores menos laicos a par da instrumentalização da religião ao serviço da política. A este respeito, Yeşilada (2023) explica que as sociedades mais tradicionais atribuem maior relevância à religião, ao contrário das mais seculares. Efectivamente, a herança islâmica da Turquia foi influenciada pela herança otomana e pelo Islão. No caso da herança otomana, esta remete para um passado otomano glorioso, alimentando nos turcos a esperança de que possam voltar a ser novamente influentes no mundo. Neste sentido, a conceção do papel de Erdoğan e as expectativas turcas face a este, são influenciadas pelo seu passado imperial, bem como pela cultura e história do país. Por serem elementos profundamente enraizados nas perceções da sociedade, dificilmente eles se alteram (Ozkan, 2021).

Conclusão parcial

No capítulo que aqui finda, procurámos analisar a evolução do *soft power* turco desde 2010, destacando os seus pontos fortes e fragilidades. Constatámos que entre 2010 e 2016 o *soft power* turco sofreu um revés significativo em virtude dos acontecimentos domésticos e internacionais. A nível doméstico, verificou-se a centralização do poder, o declínio dos valores democráticos e a islamização da política, ao mesmo tempo em que, a nível internacional, as Primaveras Árabes se propagavam, levando a uma adaptação do papel da Turquia face à conjuntura vivida na região.

Analisámos igualmente os vários mandatos do AKP, com especial atenção para o terceiro e o quarto por serem os mais relevantes para o *soft power* turco. No terceiro mandato, o papel da identidade revelou-se cada vez mais notório através do destaque atribuído por Erdoğan aos valores, tradições, história e geografia turca na política externa. A construção desta identidade acentuou a polarização da sociedade turca, em especial depois dos protestos de Gezi, que afectaram negativamente tanto a estabilidade como a imagem do país, e, por conseguinte, o seu *soft power*. Por sua vez, o quarto mandato revelou-se bastante conturbado. Sublinhemos, a este respeito, a tentativa de golpe de Estado em 2016 que representou um ponto de viragem política, tanto doméstica como internacional, e assinalou o retrocesso democrático, as tensões nas relações entre a Turquia e o Ocidente, e o crescimento de uma postura pró-islâmica e nacionalista. Desta forma, entendemos que a tentativa de golpe de Estado provocou uma mudança na conceção do papel de Erdoğan e, por sua vez, no desempenho da política externa turca. Com efeito, a Turquia de Erdoğan tem sido alvo de uma redefinição identitária que envolve a busca de valores menos laicos acompanhada da instrumentalização da religião ao serviço da política.

Recorremos ao *The Soft Power 30* e ao *IFG Monocle* de forma a analisar os pontos fortes e fracos do *soft power* turco. De entre os pontos fortes, os relatórios destacaram as séries turcas, a *Turkish Airlines*, a ajuda turca ao desenvolvimento, o realojamento de refugiados, e a participação do país em missões humanitárias. As séries turcas, que vieram impulsionar o desenvolvimento do turismo da Turquia, criaram a imagem de um país que conseguia combinar harmoniosamente os valores tradicionais islâmicos com o estilo de vida moderno, através das suas referências ao passado imperial otomano. Contudo, a débil liberdade de imprensa constitui um ponto fraco no *soft power* turco.

Por fim, concluímos que a aposta no desenvolvimento de ferramentas culturais e de ajuda humanitária é fundamentalmente reactiva na medida em que visa contrariar o declínio da reputação do país provocado por condutas políticas que não são bem recebidas pela comunidade internacional.

5. Conclusão

Tendo por base os contributos analíticos proporcionados pela *role theory*, esta dissertação procurou responder à seguinte questão de investigação: *De que forma é que a conceção e o desempenho do papel de Erdoğan influenciaram a evolução do soft power turco de 2013 a 2023?*. Neste sentido, chegámos a algumas conclusões importantes.

Em primeiro lugar, concluímos que antes da conceção *sui generis* do papel de Erdoğan, também Atatürk e Özal haviam procurado imprimir, de forma distinta e única na política externa turca, a sua visão do papel da Turquia na região e no mundo. O desempenho do papel, por parte destes três líderes, teve impactos consideráveis nas dinâmicas do *soft power* turco. Com efeito, observámos que Atatürk direccionou a política externa turca para o Ocidente, implementando medidas de aproximação face ao mesmo, a nível cultural e até político. Buscando eliminar os elementos islâmicos quer da política, quer da sociedade turca, a conceção do papel de Atatürk traduzir-se-ia num distanciamento face à herança otomana e islâmica. Contudo, apesar destes esforços, os mesmos não se materializaram numa mudança efectiva da imagem e percepção do Ocidente em relação aos turcos. Por outras palavras, a Turquia de Atatürk foi incapaz de exercer um *soft power* suscetível de convencer e atrair o Ocidente. Além disso, as reformas domésticas levadas a cabo por Atatürk contribuíram para exacerbar as divisões na sociedade turca, propiciando a génese da questão curda que ainda hoje é nociva ao *soft power* da Turquia.

Por sua vez, na era Özal a política externa turca afastou-se dos princípios mais isolacionistas de Atatürk, ao procurar diversificar o conjunto de alianças do país, concentrando, contudo, as suas políticas mais a leste, e enfraquecendo a influência kemalista. Esta redefinição da conceção do papel visava a melhoria das relações com o mundo turcófono, assim como a consolidação da Turquia como potência regional. Na concretização destes objectivos, merecem especial destaque a criação da Organização de Cooperação Económica do Mar Negro, a inclusão da *Turkish Airlines* na política externa turca e o crescimento da influência de novas organizações governamentais, como a TIKA. Ainda com Özal, o enfoque na herança otomana e nas relações com os Balcãs, Médio Oriente e Ásia Central, atestavam a influência do Neo-Otomanismo. Sublinhe-se, a título de exemplo, os programas de bolsas de estudo desenvolvidos com os países da região por Özal e que, mais tarde, foram continuados por Erdoğan. Desta forma, podemos concluir que a conceção e desempenho do papel na era Özal abriu caminho para a conceção e desempenho do papel na Turquia de Erdoğan, não só nos seus entendimentos em relação ao Neo-Otomanismo, como também à diplomacia cultural e humanitária. É plausível, por conseguinte, concluir que a governação de Özal representava uma posição intermédia na passagem da conceção do

papel da Turquia de Atatürk para a concepção do papel da Turquia de Erdoğan. Esta ilação decorre da análise do comportamento do AKP na sua primeira década de poder. Efectivamente, nesse período a política externa turca regeu-se por uma estratégia de integração regional, alianças na região, acordos de livre comércio e isenções de visto para países do Médio Oriente, ao mesmo tempo em que o país procurava a adesão à UE, mantendo, assim, relações importantes com o Ocidente.

Como segunda grande conclusão da presente dissertação, verificamos que o ano de 2013 representou um ponto de viragem em especial depois dos protestos de Gezi, que afectaram negativamente tanto a estabilidade como a imagem do país. A Turquia de Erdoğan, e por inerência o *soft power* turco, têm sido alvo de uma redefinição identitária em virtude do maior peso atribuído pelo líder aos valores, tradições, história e geografia turca na política externa. Na prática, a nova doutrina de política externa “Nova Turquia”, idealizada pelo AKP, expressa uma ideia de mudança e ruptura face à “Velha Turquia”. À semelhança de 2013, o ano de 2016 seria, também ele, um marco significativo na evolução do *soft power* turco. De facto, a tentativa de golpe de Estado em 2016 representou um ponto de viragem política doméstica e internacional. Ele assinala um retrocesso democrático, as tensões nas relações entre a Turquia e o Ocidente, e o crescimento de uma postura pró-islâmica e nacionalista. A mudança na concepção do papel e desempenho da política externa são, no fundo, a continuidade da redefinição identitária que já vinha ocorrendo com Erdoğan. Tal redefinição - que envolve a busca de valores menos laicos e a instrumentalização da religião ao serviço da política - foi consideravelmente intensificada em resposta à tentativa de golpe de Estado em 2016, com impactos notáveis no *soft power* turco.

Enquanto terceira conclusão, embora os acontecimentos acima referidos tenham contribuído para um enfraquecimento do *soft power* turco, seria injusto não reconhecer os vários esforços de Erdoğan no âmbito da cultura e da ajuda ao desenvolvimento. Neste sentido, tanto a diplomacia cultural como humanitária turcas têm sido vistas como ferramentas atenuadoras das percepções externas face ao país. A nossa análise dos índices de *soft power* permitiu-nos destacar especificamente o contributo das séries turcas, da *Turkish Airlines*, da ajuda ao desenvolvimento, do realojamento de refugiados e da participação em missões humanitárias, na tentativa de melhoria da imagem da Turquia no mundo. As séries turcas, que vieram impulsionar consideravelmente o turismo na Turquia, criaram a imagem de um país capaz de combinar harmoniosamente os valores tradicionais islâmicos com o estilo de vida moderno, através das suas referências ao passado imperial otomano. Tal explica que mesmo perante a ocorrência de ataques terroristas no país e de críticas internacionais face à concentração do poder, os turistas não deixaram de visitar a Turquia. De facto, a atracção pela cultura turca é incentivada pela grande popularidade das séries televisivas turcas. Ainda assim, a aposta no desenvolvimento de ferramentas

culturais é insuficiente para compensar o declínio da reputação do país provocado por condutas políticas que não são bem recebidas pela comunidade internacional.

Por último, em resultado do acima exposto, a nossa conclusão final destaca que o *soft power* da Turquia de Erdoğan tem sido mais eficaz no plano doméstico do que externo. De facto, nos últimos anos o *soft power* turco tem-se revestido de um crescente populismo que se caracteriza pela exploração da vertente islâmica em detrimento da tradicional laicidade. Tal conceção do papel é produzida à custa da frustração das expectativas de um Ocidente que vendeu a ilusão de uma identidade europeia ao país, mas que não viria a ser consequente. Por conseguinte, não tendo sido correspondida pela UE, mas também pelos EUA, a Turquia de Erdoğan optou por aprofundar identitariamente a sua vertente asiática - na qual a China e a Rússia importam como polos alternativos aos valores ocidentais - ao mesmo tempo em que a instrumentalização do Islão tem contribuído para a consolidação do líder turco no poder.

Como contributos para pesquisas futuras, consideramos oportuno o aprofundamento da diplomacia cultural turca - ao nível da promoção da língua, artes e séries, e do seu impacto no *soft power* turco - com enfoque na Europa ocidental, região onde estas têm sido alvo de um crescimento ímpar. Também se afigura pertinente um estudo da diplomacia digital turca, mais concretamente do papel das plataformas digitais e redes sociais, para além dos *media* tradicionais, no desenvolvimento do *soft power* da Turquia. Como vimos ao longo desta dissertação, os *media* desempenham um papel fundamental na formação de percepções, influenciando profundamente o *soft power* turco. Por último, acreditamos que a condução de estudos que avaliem os impactos do turismo estético (como, por exemplo, os implantes capilares) no *soft power* turco é de grande importância.

Bibliografia

Fontes Primárias:

Al Jazeera. (2022, 15 de julho). *What was Turkey's failed coup about – and what's happened since?* <https://www.aljazeera.com/news/2022/7/15/turkeys-failed-coup-attempt-explainer>. Consultado em 10 de maio de 2024

Al Majalla. (2021, 22 de maio). *Why do Turks Want to Leave Their Country?* <https://en.majalla.com/node/137671/politicswhy-do-turks-want-leave-their-country>. Consultado em 25 de maio de 2023

BBC. (2020, 24 de julho). *Hagia Sophia: Former Istanbul museum welcomes Muslim worshippers.* <https://www.bbc.com/news/world-europe-53506445>. Consultado em 5 de maio de 2024

BBC. (2023, 7 de abril). *Cyprus country profile.* <https://www.bbc.com/news/world-europe-17217956>. Consultado em 29 de maio de 2024

Euronews. (2017, 14 de julho). *What has changed in Turkey since the coup attempt?* <https://www.euronews.com/2017/07/14/what-has-changed-in-turkey-since-the-coup-attempt>. Consultado em 10 de maio de 2024

Euronews. (2023, 16 de maio). *Breve história do tortuoso caminho da Turquia para aderir à União Europeia.* <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/05/16/breve-historia-do-tortuoso-caminho-da-turquia-para-aderir-a-uniao-europeia>. Consultado em 29 de maio de 2024

European Council on Foreign Relations. (2021). *Crisis of confidence: How Europeans see their place in the world.* <https://ecfr.eu/wp-content/uploads/Crisis-of-confidence-How-Europeans-see-their-place-in-the-world.pdf>. Consultado em 26 de maio de 2023

Exame. (2014, 1 de novembro). *Um palácio de mil quartos para o 'sultão' Erdogan.* <https://exame.com/mundo/um-palacio-de-mil-quartos-para-o-sultao-recep-tayyip-erdogan/>. Consultado em 1 de agosto de 2024

Global Humanitarian Assistance Report 2016. (2016). <http://devinit.org/wp-content/uploads/2016/06/Global-Humanitarian-AssistanceReport-2016.pdf>. Consultado em 22 de julho de 2024

Global Humanitarian Assistance Report 2018. (2018).

<https://devinit.org/resources/global-humanitarian-assistance-report-2018/>.

Consultado em 22 de julho de 2024

Hürriyet Daily News. (2018, 22 de outubro). *Popularity of Turkish soap operas leads Latin American tourists to flock to Turkey: Association*. <https://www.hurriyetdailynews.com/popularity-of-turkish-soap-operas-leads-latin-american-tourists-to-flock-to-turkey-association-138141>. Consultado em 25 de março de 2022

Institute for Security and Development Policy. (2016, dezembro). *Turkey's Kurdish Conflict: 2015-Present*. 1-10. <https://isdpu.eu/wp-content/uploads/2016/12/2016-Turkeys-Kurdish-Conflict-2015-Present.pdf>. Consultado em 13 de junho de 2024

International Business Times. (2014, 5 de novembro). *Turkey: Erdogan's New Presidential Palace 30 Times Larger Than the White House*. <https://www.ibtimes.co.uk/turkey-erdogans-new-presidential-palace-30-times-larger-white-house-1473173>. Consultado em 1 de agosto de 2024

NPR (2017, 16 de julho). *A Year Later, A Divided Turkey Remembers Failed Coup Attempt*. <https://www.npr.org/sections/parallels/2017/07/16/537549673/a-year-later-a-divided-turkey-remembers-failed-coup-attempt>. Consultado em 26 de maio de 2023

Pew Research Center. (2014). *Turks Divided on Erdogan and the Country's Direction*. <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/2/2014/07/Pew-Research-Center-Turkey-Report-FINAL-July-30-2014.pdf>. Consultado em 23 de maio de 2023

Público. (2020, 24 de julho). *Após 86 anos, as orações de sexta-feira voltaram à nova mesquita Hagia Sophia*. <https://www.publico.pt/2020/07/24/mundo/noticia/apos-86-anos-oracoes-sextafeira-voltaram-nova-mesquita-hagia-sophia-1925693>. Consultado em 4 de maio de 2024

The Diplomat. (2022, 13 de outubro). *Turkey's Growing Influence in Central Asia*. <https://thediplomat.com/2022/10/turkeys-growing-influence-in-central-asia/>. Consultado em 4 de junho de 2023

The New Persuaders: An international ranking of soft power. (2010). *Institute for Government*. https://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20new%20persuaders_0.pdf. Consultado em 19 de abril de 2024

The New Persuaders II: A 2011 Global Ranking of Soft Power. (2011). *Institute for Government*. <https://www.instituteforgovernment.org.uk/publication/report/new-persuaders-ii#:~:text=Maintaining%20a%20focus%20on%20the%20core%20components%20of,the%20current%20direction%20of%20the%20soft%20power%20debate>. Consultado em 19 de abril de 2024

The New Persuaders III A 2012 Global Ranking of Soft Power. (2013). *Institute for Government*. https://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/The%20new%20persuaders%20III_0.pdf. Consultado em 19 de abril de 2024

The Soft Power 30. (s.d.). <https://softpower30.com/>. Consultado em 10 de abril de 2024

The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power. (2015). https://portland-communications.com/pdf/The-Soft-Power_30.pdf. Consultado em 20 de abril de 2024

The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power 2016. (2016). <https://portland-communications.com/pdf/The-Soft-Power-30-Report-2016.pdf>. Consultado em 20 de abril de 2024

The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power 2017. (2017). https://softpower30.com/wp-content/uploads/2018/07/The_Soft_Power_30_Report_2017-1.pdf. Consultado em 20 de abril de 2024

The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power 2018. (2018). <https://uscpublicdiplomacy.org/sites/uscpublicdiplomacy.org/files/useruploads/u39301/The%20Soft%20Power%2030%20Report%202018.pdf>. Consultado em 23 de abril de 2024

The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power 2019. (2019). <https://softpower30.com/wp-content/uploads/2019/10/The-Soft-Power-30-Report-2019-1.pdf>. Consultado em 23 de abril de 2024

TİKA. (s.d.). Disponível em <https://tika.gov.tr/en/> Consultado em 26 de julho de 2024

Turkish Development Assistance Report 2018. (2019). *Turkish Cooperation and Coordination Agency*. <https://tika.gov.tr/wp-content/uploads/2020/02/kyk%202018/TurkiyeKalkinma2018ENGWeb.pdf>.

Consultado em 22 de julho de 2024

Turkish Development Assistance Report 2020. (2021). <https://tika.gov.tr/en/publication/turkish-development-assistance-report-2020/>. Consultado em 22 de julho de 2024

Turkish Forum. (2010, 11 de novembro). 'Chatham House award symbol of Turkey's resilience'. <https://www.turkishnews.com/en/content/tag/chatham-house-award/>. Consultado em 24 de junho de 2024

Türkiye Scholarships (s/d). <https://turkiyeburslari.gov.tr/>. Consultado em 13 de dezembro de 2024

Fontes Secundárias

Ağırseven, N., & Örki, A. (2017). Evaluating Turkish TV Series as Soft Power Instruments. *OPUS International Journal of Society Researches*, 7(13), 838-853.

Akıllı, E. (2018). Yunus Emre Institute as a tool for cultural diplomacy and nation branding. *Turkish Studies*, 13, 19-30. <http://dx.doi.org/10.7827/TurkishStudies.14124>.

Akıllı, E., & Çelenk, B. (2019). TİKA's Soft Power: Nation Branding in Turkish Foreign Policy. *Insight Turkey*, 21(3), 135-151.

Akyol, M. (2016, 21 de junho). Erdoganism [noun]. Disponível em *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2016/06/21/erdoganism-noun-erdogan-turkey-islam-akp/>. Consultado em 24 de abril de 2024

Alekseevich, A. (2018, setembro). Neo-Ottomanism as a Key Doctrine of Modern Turkey. *Communication and Public Diplomacy*, 1(1), 80-88.

Anaz, N. (janeiro de 2017). Turkey's soft power capacity: Geopolitics of aviation and the Turkish airlines. *Arab World Geographer*, 20(4), 303-316.

Ataman, M. (2002). Leadership change: Özal leadership and restructuring Turkish Foreign Policy. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, 1(1), 120-153.

Aydın, M. (2019). Determinants of Turkish Foreign Policy. Em M. Aydın, S. B. Gülmez, H. Özden, B. Dicle, F. F. Hisarlıoğlu, M. Kara, & M. Ekşi, *Turkish Foreign Policy I*. 1-34. Anadolu University. https://www.researchgate.net/publication/346581287_Determinants_of_Turkish_Foreign_Policy.

Consultado em 10 de julho de 2023

Aydın, M. (2020). Doctrines, Strategies, and Tactics in Turkish Foreign Policy. Em *Turkish Foreign Policy II*. 1-31. Anadolu University. https://www.researchgate.net/publication/346714471_Doctrines_Strategies_and_Tactics_in_Turkish_Foreign_Policy. Consultado em 6 de junho de 2023

Ayhan, E. (2018, dezembro). The New Public Diplomacy and Soft Power in Developing Countries: The Case of Turkey. *The Journal of MacroTrends in Social Science*, 4(1), 45-65.

Ayoob, M. (2020, 22 de agosto). Return of the Empire: Why Erdogan Wants to Resurrect the Ottoman State. *The National Interest*. Disponível em <https://nationalinterest.org/feature/return-empire-why-erdogan-wants-resurrect-ottoman-state-167404>. Consultado em 16 de agosto de 2023

Barnett, M., & Duvall, R. (2005). Power in International Politics. *International Organization*, 59(1), 39-75.

Başer, E. (2015). "Shift-of-axis in Turkish Foreign Policy: Turkish National Role Conceptions Before and During AKP Rule". *Turkish Studies*, 16(3), 291–309.

Beğendik, B. (2019). "Internationalization of Turkish Soap Operas: A Qualitative Analysis on Turkish Soap Opera Exporters. *Beykoz Akademi Dergisi*, 7(2), 31-49.

Bengio, O. (2011, dezembro). The “Kurdish Spring” in Turkey and its Impact on Turkish Foreign Relations in the Middle East. *Turkish Studies*, 12(4), 619–632.

Berg, M. (2017, novembro). Turkish drama serials as a tool for Soft Power. *Participations: Journal of Audience & Reception Studies*, 14(4), 32-52.

Breuning, M. (2011). Role theory research in international relations: state of the art and blind spots. Em S. Harnisch, C. Frank, & H. Maull, *Role Theory in International Relations*. 16-35.

Brown, A. D., & Humphreys, M. (2002). Nostalgia and the Narrativization of Identity: A Turkish Case Study. *British Journal of Management*, 13(2), 141-159.

Çevik, S. (2019). Reassessing Turkey's Soft Power: The Rules of Attraction. *Alternatives: Global, Local, Political*, 44(1), 51-71. <https://doi.org/10.1177/0304375419853751>.

Ciftci, S., & Yavuz, M. (2021). Nostalgia for the empire: the politics of Neo-Ottomanism. *Turkish Studies*, 22(2), 314-321.

Dahl, R. A. (1957). The concept of power. 201-215. https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/Dahl_Power_1957.pdf. Consultado a 22 de março de 2022

Danforth, N. (2008). Ideology and Pragmatism in Turkish Foreign Policy: From Atatürk to the AKP. *Turkish Policy Quarterly*, 7(3), 83-95.

De Martino, M. (2020). Soft Power: theoretical framework and political foundations. *European Studies Quarterly*, 2020(4) 11-24.

Dolatabadi, A., & Rezaei, R. (2022). Erdoğan's endless dreams: The Theoretical and Operational Framework of Turkey's New Foreign Policy, *World Affairs* 185(1), 114-146.

Donelli, F. (2019, maio). Persuading through Culture, Values, and Ideas: The Case of Turkey's Cultural Diplomacy. *Insight Turkey*, 1-22.

Drezner, D. (2021). Power and International Relations: a temporal view. *European Journal of International Relations*, 27(1), 29-52.

Ekşi, M., & Erol, M. (2018, dezembro). The Rise and Fall Of Turkish Soft Power and Public Diplomacy. *Gazi Akademik Bakış*, 11(23), 15-45.

Gabrielyan, H. (2022, setembro). Erdogan against Turkey: Stalemate of "Patriot-F-35-S-400" triangle. *Journal of Political Science: Bulletin of Yerevan University*, 1(2), 49-72.

Görener, A., & Ucal, M. (2011, setembro). The Personality and Leadership Style of Recep Tayyip Erdoğan: Implications for Turkish Foreign Policy. *Turkish Studies*, 12(3), 357-381.

Guida, M., & Göksel, O. (2018). Reevaluating the Sources and Fragility of Turkey's Soft Power after the Arab Uprisings. Em H. Işıksal, & O. Göksel, *Turkey's Relations with the Middle East: Political Encounters after the Arab Spring* (pp. 151-168). Cham: Springer.

- Gulmez, S. B., Topal, A. E., & Rumelili, B. (2023, 26 de julho). Europe and Turkey: identities in evolution. An analytical literature review. *Open Research Europe*. 1-56. <https://www.semanticscholar.org/paper/Europe-and-Turkey%3Aidentities-in-evolution.-An-Gulmez-Topal/c9731445ad112734620c91d9e142a2d236f47a85>. Consultado em 8 de fevereiro de 2024
- Gürzel, A. (2014). Turkey's Role as a Regional and Global Player and its Power Capacity: Turkey's Engagement with other Emerging States. *Revista de Sociologia e Política*, 22(50), 95-105.
- Harnisch, S., Frank, C., & Maull, H. (2011). *Role Theory in International Relations: Approaches and Analysis* (1ª ed.). Routledge.
- Holsti, K. J. (1970). National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, 14(3), 233–309. <https://doi.org/10.2307/3013584>.
- Hristov, I. (2019, março). Neo-Ottomanism – Emergence, Ideology and Political Doctrine. *Social Evolution & History*, 18(1), 139–156.
- Hudson, V. (1999, dezembro). Cultural Expectations of One's Own and Other Nations' Foreign Policy Action Templates. *Political Psychology*, 20(4), 767-801.
- Huijgh, E., & Warlick, J. (2016, janeiro). The Public Diplomacy of Emerging Powers, Part 1: The Case of Turkey. *CPD Perspectives on Public Diplomacy*. 6-48. <https://uscpublicdiplomacy.org/sites/uscpublicdiplomacy.org/files/useruploads/u35361/The%20PD%20of%20Emerging%20Powers.pdf>. Consultado em 12 de janeiro de 2024
- Isik, A. F. (2021, fevereiro). Transforming Turkish Foreign Policy. *The Journal of Middle East and Central Asian Studies*, 3, 89-147.
- Işıksal, H. (2018, janeiro). Turkish Foreign Policy, the Arab Spring, and the Syrian Crisis: One Step Forward, Two Steps Back. Em H. Işıksal, & O. Göksel (Ed.), *Turkey's Relations with the Middle East*. (pp. 13-31). Springer.
- Kalaycı, R., & Tüysüz, Ü. (2020). Being Entrapped Between Change and Return to the Kemalist Political Culture: Two Stories of the Ak Party Foreign Policy in the Context of Arab Spring. *Gazi Akademik Bakış*, 14(27), 83-104.

Kaviani, R. (2017). The Concept of Power in International Relations. *International Journal of Political Science*, 7(2), 29-36.

Khalifa, M. (2017, fevereiro). Turkish Foreign Policy in the Middle East After Arab Spring. *International Relations and Diplomacy*, 5(2), 102-111.

Kirdiş, E. (2016, 7 de dezembro). AKP's Foreign Policy and Its Party Identity. *Contemporary Turkish Politics*.

Köselerli, B. (2017). The Usage Of New Media In Cultural Diplomacy: A Case Of Turkey. *European Journal of Multidisciplinary Studies*, 6(1), 115-120.

Kutlay, M., & Öniş, Z. (2021). Understanding oscillations in Turkish foreign policy: pathways to unusual middle power activism. *Third World Quarterly*, 42(12), 3051–3069.

Kutlay, M., & Öniş, Z. (2021, julho). Turkish foreign policy in a post-western order: strategic autonomy or new forms of dependence? *International Affairs*, 97(4), 1085–1104.

Laçiner, S. (2009). Turgut Özal Period in Turkish Foreign Policy: Özalism. *USAK*, 2, 153-205. https://www.academia.edu/24530431/Turgut_%C3%96zal_Period_in_Turkish_Foreign_Policy_%C3%96zalism_1983_1993_. Consultado em 12 de janeiro de 2024

Macovei, M. (2009, outubro). Growth and economic crises in Turkey: leaving behind a turbulent past? *Economic Papers*, 1-36 Disponível em https://ec.europa.eu/economy_finance/publications/pages/publication16004_en.pdf. Consultado a 14 de maio de 2024

Mohammed , S. J., & Romano, D. (2023). The Kurdish Conflict in Turkey: The Central Role of Identity Recognition (or Lack Thereof). *Ethnopolitics*, 1-18.

Moreira, D. (2020). A escala de Edoğan ao poder absoluto na Turquia. *Observatório Político*, 1-17. https://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2020/07/WP_94_DM.pdf. Consultado em 4 de maio de 2022

Müller, H. (2011). Habermas meets role theory: communicative action as role playing? Em S. Harnisch, C. Frank & H. W. Maull, *Role Theory in International Relations* (pp. 55-73). London: Routledge.

Muter, İ. C. (2018). *Practices of Soft Power: A comparison of South Korea and Turkey from the 1990s to 2017*. Disponível em <http://digitalarchive.boun.edu.tr/handle/123456789/19557> . Consultado em 26 de julho de 2024

Nye, J. S. (2004). Soft Power and American Foreign Policy. *Political Science Quarterly*, 119(2), 255-270.

Nye, J. S. (2004). Wielding Soft Power. Em Nye, J. S. (Ed.). *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (pp. 99-125). New York: Public Affairs.

Nye, J. S. (2009). Get Smart: Combining Hard and Soft Power. *Foreign Affairs*, 63-66.

Nye, J. S. (2018). *China's Soft and Sharp Power*. Disponível em China US Focus : <https://www.chinausfocus.com/society-culture/chinas-soft-and-sharp-power->. Consultado a 15 de janeiro de 2022

Öniş, Z. (janeiro de 2003). Turkey and the Middle East After September 11: The Importance of the EU Dimension. *Turkish Policy Quarterly*, 1-9.

Osée, U., Bijoux, B., Didier, S., & François, E. (2019). Individuals and International Public Opinion as an Actor in International Relations. *Open Journal of Social Sciences*, 7, 478-490.

Özertem, H. (julho de 2021). "Back to "the Tradition": Turkey's Changing Position from a Federal to a Two-State Solution to the Cyprus Conflict. *Notes de l'Ifri*, Ifri. https://www.researchgate.net/publication/353453368_Back_to_the_Tradition_-_Turkey%27s_Changing_Position_from_a_Federal_to_a_Two-State_Solution_to_the_Cyprus_Conflict. Consultado em 29 de maio de 2024

Özışık, F. U. (2021). The "New Turkey" Narrative and The Hegemonic Struggle of Justice and Development Party and Erdogan: A Gramscian Perspective (2002-2019). *Liberal Düşünce Dergisi*, 26(102), 215-240.

Ozkan, M. (2021, agosto). How Religion Shapes Foreign Policy? An Explanatory Model for Non-Western States. *Religions*, 12(617), 1-13.

Özpek , B. B., & Demirağ , Y. (2014). Turkish foreign policy after the 'Arab Spring': from agenda-setter state to agenda-entrepreneur state. *Israel Affairs*, 20(3), 328-346.

Pilch, J. (2012). *Turkey's Recent National Role Conceptions and Shifts in its Foreign Policy*. [Master's Dissertation, Central European University] Budapest. <https://paperzz.com/doc/6768799/turkey-s-recent-national-role-conceptions-and-shifts-in-i...>

Polat, R. (2009 de janeiro). The 2007 Parliamentary Elections in Turkey: Between Securitisation and Desecuritisation. *Parliamentary Affairs*, 62(1), 129–148.

Pothou, E. (2020). "Why So Successful? An Audience Research on Turkish TV Series In Greece". *Journal of European Television History and Culture*, 9 (17), 1-17.

Robinson, K. (2023). *Turkey's Growing Foreign Policy Ambitions*. Disponível em Council on Foreign Relations: <https://www.cfr.org/backgrounder/turkeys-growing-foreign-policy-ambitions>. Consultado em 4 de junho de 2023

Schafer, D. (2022, 7 de março). A Popular Mandate for Strongmen: What Public Opinion Data Reveals About Support for Executive Aggrandizement in Turkey, 1996-2018. *South European Society and Politics*, 26 (3), 355-382.

Selçuk, O. (2012). *Turkish Airlines as a Soft Power Tool in the Context of Turkish Foreign Policy* [Master's Dissertation, Boğaziçi University]. Istanbul. <https://orcunselcuk.com/wp-content/uploads/2014/11/orc3a7un-selc3a7uk-ma-thesis.pdf>. Consultado em 24 de outubro de 2024

Sharipov, A. (2020). The role of Turkish Soft Power Diplomacy in the current development of Central Asia. *Palarch's Journal Of Archaeology Of Egypt/Egyptology* 17(7), 7684-7697.

Silva, P., & Labriola, I. (2019). Role Theory como terceira via nas Relações Internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 8(15), 73-102.

Szyszlak, E. (2021, dezembro). Selected instruments of Turkish soft power in Europe. *Colloquium*, 4(44), 178-190.

The Economist. (2017, 14 de dezembro). *What to do about China's 'sharp power'*. <https://www.economist.com/leaders/2017/12/14/what-to-do-about-chinas-sharp-power> Consultado em 31 de julho de 2022

Thies, C. (2009). *Role Theory and Foreign Policy*. https://www.researchgate.net/publication/228985348_Role_Theory_and_Foreign_Policy Consultado em 22 de outubro de 2022

Tol, G., Mainzer, M., & Ekmekci, Z. (2016, 17 de agosto). Unpacking Turkey's Failed Coup: Causes and Consequences. *Middle East Institute*. <https://www.mei.edu/publications/unpacking-turkeys-failed-coup-causes-and-consequences>. Consultado em 10 de maio de 2024

Ülgen, S., Besch, S., & Toygür, İ. (2024, 22 de outubro). Strategic Autonomy as a Dynamic of Convergence Türkiye-EU Relations. *Carnegie Endowment for International Peace*. 1-19. <https://carnegieendowment.org/research/2024/10/strategic-autonomy-as-a-dynamic-of-convergence-in-turkiye-eu-relations?lang=en>. Consultado em 17 de dezembro de 2024

Uslu, Y. (2014). The Effects of Turkish Soap Operas on the Image of Turkey in the Middle. *International Journal of Humanities and Social Sciences*. Consultado em 10 de fevereiro de 2022

Vickers, E., & Chen, S. (2024). The politics of education on China's periphery: 'Telling China's Story Well' – or honestly?. *Comparative Education*, 60(1), 1-21.

Walker, C., & Ludwig, J. (2017). From 'Soft Power' to 'Sharp Power': Rising Authoritarian Influence in the Democratic World. 6-25. <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>. Consultado a 5 de fevereiro de 2022

Wastnidge, E. (2019). Imperial Grandeur and Selective Memory: Re-assessing Neo-Ottomanism in Turkish Foreign and Domestic Politics. *Middle East Critique*, 28(1), 7-28.

Wilson, E. J. (2008, março). Hard Power, Soft Power, Smart Power. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 110-124.

Xu, J., & Gong, Q. (2024). 'Telling China's Story Well' as propaganda campaign slogan: International, domestic and the pandemic. *Media, Culture and Society*, 46(5), 1064–1074.

Yanık, L. K. (2012). Foreign Policy During 2011 Parliamentary Elections in Turkey: Both an Issue and Non-issue. *Turkish Studies*, 13(2), 213-227.

Yavuz, M. (2022, julho). The motives behind the AKP's foreign policy: neo-Ottomanism and strategic autonomy. *Turkish Studies*, 23(1), 1-22.

Yavuz, M. H., & Öztürk, A. E. (2019). Turkish secularism and Islam under the reign of Erdoğan. *Southeast European and Black Sea Studies*, 19(1), 1-9.

Yenokyan, A. (2023, dezembro). The Importance of Soft Power in Türkiye's Foreign Policy in 2002–2022. *Vestnik RUDN International Relations*, 23(4), 609–619.

Yeşilada, B. A. (2023). The AKP, religion, and political values in contemporary Turkey: implications for the future of democracy. *Turkish Studies*, 24(3-4) 593-616.

Yilmaz, I., & Bashirov, G. (2018). The AKP after 15 years: emergence of Erdoganism in Turkey. *Third World Quarterly*, 39(9), 1812-1830.